

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

ISABEL BERNARDES FERREIRA

**O rompimento amoroso e suas particularidades na vivência de
jovens adultos que “moraram juntos”.**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

2015

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

ISABEL BERNARDES FERREIRA

**O rompimento amoroso e suas particularidades na vivência de
jovens adultos que “moraram juntos”.**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada à
Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo,
como exigência parcial
para obtenção do título de
MESTRE em Psicologia
Clínica, sob a orientação da
Profa. Dra. Rosane Mantilla
de Souza.

São Paulo

2015

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a parceria, a troca, o cuidado e a experiência da minha orientadora, querida Rosane, pessoa que traz consigo conhecimento profissional e intelectual admirável e que aceitou compartilhá-los comigo nessa trajetória. Foi um prazer conviver com você e construir este trabalho em conjunto. Obrigada!

Meu contato com minha orientadora aconteceu pelo intermédio da Lilian, minha terapeuta que vem me acompanhando em minhas loucuras e tornou-se uma pessoa importante para mim. Meu muito obrigado por tudo.

Agradeço imensamente às minhas duas mães, que zelam por mim e são as maiores incentivadoras das minhas conquistas profissionais. Ajudando com as mensalidades do mestrado, me presenteando com livros e fazendo orações, elas estão sempre ao meu lado, possibilitando meu crescimento. Amo vocês, mãe e vó Maria, muitíssimo obrigada!

Ao meu pai, que de um jeito meio torto, me inspira a pensar sobre a vida.

Aos meus tios: Marcelo, Magda, Sílvia e Beto sempre muito carinhosos e torcendo junto com meus novos passos, obrigada!

Aos amigos queridos, agradeço pela companhia e cumplicidade. Obrigada Giuliana, Cucio, Luciana, Mariana, Mayra, Maitá, Liliane, Lucinete, Aline, Bruna, Bia, Carol, Aninha, Godoy, Bruno, Renata, Tayná, Caio, Pedrinho, Priscila...Deixo um agradecimento especial a alguns deles, os “viúvos que não foram noivos”, que além de participar da minha pesquisa foram fonte de inspiração para pensar a respeito desta problemática. A partir da vivência de

vocês (e da minha própria) vi um importante campo de pesquisa, ainda pouco explorado, que me inspirou a pensar a respeito de algo que gosto muito: o amor.

Às amizades que construí ao longo do mestrado, companheiras de aulas, seminários, congressos e bate-papos. Obrigada, Alessandra, Anna Sílvia, Ana Clara, Carolina, Camila, Cecília, Cíntia, Déria, Estela, Rachel e Rosane.

Ao meu ex-companheiro que fará eternamente parte da minha história.

Aos participantes da pesquisa que responderam ao questionário on-line.

Aos professores do PEPG em Psicologia Clínica com quem tive aula e pude aprender mais sobre a Psicologia.

À CAPES pela bolsa de estudos.

RESUMO

FERREIRA, B. Isabel. **O rompimento amoroso e suas particularidades na vivência de jovens adultos que “moraram juntos”**. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2015.

O número de pessoas que vivem junto com o/a parceiro/a sem oficializar a relação cresce a cada ano. Muitos desses casais rompem o convívio, mas pouco se sabe sobre o impacto dessa separação sobre a vida e relacionamentos futuros dos envolvidos nessa situação. Frequentemente, por não ter havido casamento ou filhos, as pessoas esperam uma recuperação rápida e sem grandes consequências. A presente pesquisa tem por objetivo problematizar o rompimento amoroso vivido por jovens adultos que moraram juntos, na perspectiva de identificar suas variáveis e significados. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório descritivo e qualitativo. Foi construído um questionário com perguntas abertas e fechadas baseado na literatura, divulgado e respondido on-line. Com base em 35 questionários identificou-se que, apesar de romper o relacionamento na circunstância da coabitação seja mais simples do que o divórcio, na medida em que não é necessária a observância legal, os sujeitos envolvidos passam por um sofrimento significativo com a separação e veem a necessidade de reorganizar suas vidas nas mais diversas esferas: sexual, emocional-afetiva, profissional, econômica, social e familiar. Os dados apresentados nessa pesquisa validam resultados anteriormente encontrados e informam que geralmente a coabitação é uma experiência de curta duração que chega ao fim quase sempre antes dos dois anos.

Palavras-Chave: coabitação, rompimento amoroso, jovens adultos, relacionamentos amorosos.

ABSTRACT

FERREIRA, B. Isabel. The loving disruption and its particularities in the experience of young adults who " lived together ". 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2015.

The number of people living with the partner without formalize the relationship grows every year . Many of these couples break up, but little is known about the impact of separation on their lives and future relationships. Often, that there was no marriage or children , people expect quick and without major consequences recovery. This study aimed to discuss the loving disruption experienced by young adults who lived together in order to identify its variables and meanings. Therefore, we carried out a descriptive and exploratory qualitative study. A questionnaire with open and closed questions based on the literature, published and answered online was built. Based on the 35 questionnaires identified that, although the the breaking up in the condition cohabiting condition is simpler than divorce, once the legal compliance is not required, those involved undergo a significant distress to the separation and see the need to reorganize their lives in various spheres: sexual, emotional - affective , professional, economic , social and family relationships . The data found in this study support previous findings reporting that, generally, cohabitation is a short term experience it reaches the end, almost always before two years.

Key-Words: cohabitation, breaking up, young adults, romantic relationships.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sociodemográficos dos participantes	66
Tabela 2 – Renda mensal dos participantes	67
Tabela 3 – Participantes que recebem ajuda financeira	68
Tabela 4 – Tempo em que os parceiros se conheciam antes de estabelecerem um relacionamento amoroso	69
Tabela 5- Tempo de namoro	70
Tabela 6 – Tempo de coabitação	70
Tabela 7– Variabilidade de tempo em que se conheciam, namoraram ou moraram juntos especificamente entre os participantes cujo namoro durou menos de 12 meses	71
Tabela 8 – Resultado, em tempo, dos quatro participantes que se conheciam por mais tempo que a média	72
Tabela 9 - Motivação para morar junto.....	76
Tabela 10 - Avaliação dos participantes sobre alteração em sua vida ao ir morar junto.	80
Tabela 11- Quantidade de participantes que tiveram o namoro ininterruptamente	83
Tabela 12 - Quantidade de vezes que os participantes se separaram durante o namoro	84
Tabela 13 - Quantidade de participantes que moraram junto ininterruptamente..	84
Tabela 14 - Conflitos presentes no relacionamento.	85
Tabela 15 - Alteração na vida, logo após o rompimento	89
Tabela 16 - Resultado em tempo dos quatro participantes que se conheciam por mais tempo que a média	95
Tabela 17 - Dificuldades enfrentadas no processo de reorganização da vida após o rompimento.....	98

Tabela 18 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera afetivo-emocional.....	102
Tabela 19 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera econômica.	104
Tabela 20 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera dos relacionamentos sociais	104
Tabela 21 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera amizade	105
Tabela 22 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera profissional.	106
Tabela 23 - Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera familiar.	107
Tabela 24 - Com quem os participantes moram atualmente.....	108
Tabela 25 - Recursos utilizados para se restabelecer do rompimento.....	109
Tabela 26 - Avaliação dos participantes sobre vida atual.	113
Tabela 27 - Sentimentos em relação ao ex-parceiro(a)	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Planos de casamento	81
Gráfico 2 – Relacionamento do(a) parceiro (a) com sua família de origem	82
Gráfico 3 – Quem saiu de casa	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - Sobre os relacionamentos amorosos na contemporaneidade	20
1.1 Trajetória e construção dos relacionamentos amorosos e conjugais	21
1.2 Namoro, casamento e coabitação: compreendendo os modelos de relacionamento	24
1.3 A formação do casal e a dinâmica do morar junto	37
CAPÍTULO II O rompimento amoroso	43
2.1 O rompimento de relacionamentos informais	48
MÉTODO	57
3.1 Participantes.....	58
3.2 Procedimento	60
3.3 Instrumento	62
3.4 Análise dos Resultados	62
RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	134
1. Texto-Convite	134
2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	135
3. Questionário	137

INTRODUÇÃO

Estivemos felizes, estivemos bravos, estivemos juntos. Foi bom.

Ao final do século XX, a sociedade ocidental passou por mudanças importantes nas esferas econômica, social e ideológica, destacando-se as conquistas no âmbito da garantia de direitos civis, avanços científicos e tecnológicos com reflexos na vida privada. Tais mudanças influenciaram e alteraram o panorama dos relacionamentos interpessoais.

Nas últimas décadas, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, ampliaram os anos de escolaridade e passaram a decidir se a maternidade faria ou não parte de seu projeto de vida. Os papéis feminino e masculino foram ressignificados, diversificando e ampliando as formas das relações e da construção da intimidade (GIDDENS, 1992).

Se nos séculos anteriores o casamento e a vida conjugal eram fruto de arranjos políticos e econômicos e tinham como um dos objetivos principais a procriação, conforme retrata Flandrin (1987), na atualidade a esfera dos desejos e anseios pessoais é preponderante, em certa medida, aos projetos coletivos. Os movimentos civis e políticos propiciaram aos indivíduos da sociedade ocidental contemporânea a oportunidade de viver um tempo de maior liberdade de escolha dos papéis, atividades, desejos e histórias (MORICI, 2008).

“No que se refere às relações conjugais, as mudanças ideológicas dirigem-se a novas expectativas e exigências de reciprocidade, investimento na relação, equilíbrio de poder e divisão de responsabilidades” (SOUZA; RAMIRES, 2006, p.99). Na construção dos planos individuais, a realização no campo profissional e intelectual, assim como na vida afetiva e sexual, é importante. E na trajetória para tais conquistas, a possibilidade de retardar o casamento e a entrada na parentalidade é um fenômeno bastante comum (JAMISON, GANONG, 2010).

A busca pela felicidade e satisfação na vida a dois tornou-se, então, objetivo central nas relações amorosas da contemporaneidade e o afeto, elemento primordial (SOUZA, 2008). Nessa perspectiva, a conjugalidade como meio de criação e suporte da família deixou de ser o foco principal do indivíduo e de parte significativa das comunidades, principalmente urbanas. “Portanto, o que se observa é uma mudança na configuração dos modelos familiares e maior flexibilidade na formação e no rompimento dos laços conjugais.” (SIMÕES; SOUZA, 2010, p.29).

Nessa perspectiva, em que se casar, se separar e se recasar são legitimados, a coabitação emerge como uma possibilidade de vivência da intimidade, da sexualidade e da afetividade e, por vezes, como uma alternativa ao casamento. É possível listar diversas razões pelas quais a coabitação tem sido uma escolha cada vez mais frequente: entre outros, a praticidade, a divisão de gastos, testar a relação antes de levá-la a outro grau de comprometimento (*test drive*), ou substituir o casamento formal (MARTIN, 2013; SIMÕES, 2007).

De acordo com a definição trazida por Hetherington e Kelly (2002), a coabitação é um modelo menos tradicional de relacionamento, que envolve menos compromisso e um menor número de amarras legais e sociais que a peça que seja desfeita.

Autores da atualidade (LAPPEGARD, 2014; KROERGER, SMOCK, 2014) interpretam a coabitação em sentido mais amplo, como uma modalidade de relacionamento conjugal que pode ser considerada um aspecto importante na mudança dos comportamentos e configurações familiares, juntamente com a presença dos processos de secularização e preponderância do indivíduo sobre o coletivo. Diante desse novo cenário, os adultos jovens vivem na confluência entre o velho e novo modelo de relacionamento. Há uma nova expectativa dessa parcela da população em relação aos relacionamentos amorosos e conjugais que se distancia das normativas sociais, legais e religiosas em prol da realização pessoal e do amor mútuo.

Lappegard (2014) ressalta ainda que o morar junto com o parceiro amoroso, sem o casamento, não é um fenômeno novo, tendo tido seu início nos anos de 1960, juntamente com os movimentos feministas e demais avanços já destacados. Porém, o modo como a coabitação é vivida hoje se diferencia do modelo de décadas anteriores, na medida em que se popularizou e passou a ser justificada por novas e distintas razões.

No passado, a coabitação emergiu como uma alternativa ao casamento, num intento de questionar as normativas sociais e enfrentar a imposição do matrimônio como uma instituição imutável, sagrada e eterna. Na atualidade, não há, necessariamente, um questionamento a respeito dos moldes do casamento; pelo contrário, observa-se um desejo de sua realização como concretização de um sentimento, e nesse movimento a coabitação ganha novos sentidos, como, por exemplo, o de testar a relação.

Giddens (1992) traz a ideia de que a confiança é um elemento importante nas relações estabelecidas na sociedade contemporânea ocidental; assim, ao conhecer os riscos existentes em uma determinada relação, os indivíduos se engajam ou não no relacionamento a partir da aposta feita na confiança que possuem em si, no outro e no “nós”, Oltramari (2009) complementa essa proposta ao afirmar que “na conjugalidade a confiança está relacionada com uma possibilidade de risco aceitável” (p.91).

Os casais que optam por morar juntos aparentam estar fazendo uma aposta na relação e no início da vida conjugal; todavia, por ser uma escolha menos formal do que o casamento civil e religioso, ainda não se sabe ao certo se o grau de comprometimento dos parceiros e o tamanho da aposta na relação são menores.

Nessa direção, os entrevistados da pesquisa de Simões (2007) foram morar juntos como consequência de uma rotina relacional já bastante íntima, na qual um “acabou ficando” na casa do outro e, desse modo, ambos decidiram por testar a relação compartilhando a mesma casa. A mesma autora discorre sobre a importância dos rituais, na medida em que auxiliam na construção de papéis, fronteiras e definição de regras. No entanto, os casais entrevistados, ao

irem morar juntos, não realizaram nenhum rito que marcasse essa passagem, talvez por não identificarem estar vivendo uma transição em seus relacionamentos – e, portanto, não haveria mudança de papéis a ser ritualizada.

Os rituais “promovem sentido e satisfação para aqueles envolvidos” (BENNETT Et al., 1988, p.215) e o casamento, enquanto um compromisso social, simboliza as mudanças que ocorrerão na vida dessas pessoas, de seus familiares e no relacionamento com os mesmos. A partir desse ritual, o casal revela de forma pública a aposta e o investimento na vida privada.

Quando o casal opta pelo morar junto, está fazendo um investimento na relação, mas a ausência de rituais que marcam essa passagem no relacionamento conduz à falta de reconhecimento social, o que parece levar à compreensão de fronteiras menos rígidas para o rompimento amoroso, por ser “mais fácil de ser desfeito”.

Entretanto, cabe lembrar a afirmação de Carter e McGoldrick (2011), de que, apesar de a cerimônia do casamento ser um rito de passagem, algumas pessoas se casam muito antes da cerimônia e algumas jamais conseguem realmente constituir uma conjugalidade. As autoras seguem considerando que as cerimônias e rituais contribuem para que tanto os parceiros quanto seus familiares e conhecidos entrem em um contato consciente uns com os outros e com o processo de transformação das identidades e papéis que irão desempenhar.

No Brasil, os indivíduos que moram juntos são enquadrados no regime de união consensual, definida por pessoas que vivem em companhia do cônjuge ou companheiro com quem não contraiu casamento civil ou religioso. Entram nessa categoria aqueles que oficializaram seu relacionamento por meio de contrato registrado em cartório (união estável), mas também solteiros,

divorciados e viúvos que moram junto com seus parceiros sem qualquer oficialização (PNAD¹, 2013).

No último relatório do IBGE² (PNAD, 2013), 76,4% das pessoas que declararam conviver em regime de união consensual eram solteiras, ou seja, são pessoas que escolheram a coabitação em detrimento ao casamento, ou, ainda, que optaram por morar junto com o companheiro antes de oficializar a união.

A partir da revisão de literatura (HETHERINGTON; KELLY, 2002; FÉRES-CARNEIRO, 2003; TASHIRO; FAZIER, 2003; SIMÕES, 2007; OLTRAMANI, 2009 FIELD et al., 2010; JAMISON; GANONG, 2010; MANNING; COHEN, 2012; RHOADES et al., 2012; MARTIN, 2013; BROWN, 2014) é possível inferir que parte dessa população que decide morar junto é de jovens adultos que investem em relacionamentos com maior comprometimento, todavia, com menor compromisso do que o casamento oficial.

O relatório do IBGE (PNAD, 2013) destaca uma diferença relativamente pequena entre o número de pessoas que vivem em regime de união consensual e aquelas casadas no civil ou no religioso. Na primeira modalidade encontravam-se cerca de 36.870.000 pessoas e, na segunda, 30.632.000. Os dados estatísticos revelam um aumento pela escolha em morar junto com o parceiro, mas pouco se sabe a respeito dessas uniões – especialmente no que se refere à qualidade dos relacionamentos, à satisfação conjugal e a eventuais rompimentos amorosos nestas circunstâncias.

O rompimento amoroso pode ser um dos eventos mais dolorosos e estressantes da vida de um indivíduo, pois ele se vê diante da morte em vida, tendo que elaborar o luto pela pessoa amada que, no entanto, não morreu (CARUSO, 1989). A circunstância de perder alguém que permanece existindo (típica do rompimento amoroso) pode ser caracterizada como uma perda

¹ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ambígua, que, de acordo com Boss (2004), refere-se a uma ruptura de pouca clareza, o que dificulta a compreensão de seu término.

Estudos (HETHERINGTON; KELLY, 2002; MARTIN, 2013; KUPERBERG, 2014; MANNING; COHEN, 2012; HENDY et al., 2013; LOCKER JR., 2010) verificaram que, em separações – quer em casamentos, quer em namoros –, os indivíduos podem apresentar sintomas de ansiedade e depressão, entre outras alterações importantes no campo da saúde mental e física.

A separação amorosa produz sentimentos de fracasso, além de o reconhecimento de não se ser mais suficiente para o parceiro. Pesquisas revelam (HETHERINGTON, KELLY, 2002; TASHIRO, FAZIER, 2003; FIEDL et al., 2010; MARTIN, 2013) que, na separação, sentimentos paradoxais emergem na vida dos envolvidos, desde contentamento com a maior liberdade até o receio da solidão – isso para indivíduos de ambos os sexos, homens e mulheres.

Conseguir lidar com as tristezas que emergem ao longo de todo o processo de elaboração de luto é importante, para que o indivíduo não fique preso a um estado de melancolia, interrompendo os demais projetos pessoais. Portanto, lançar mão de recursos como a religiosidade, o trabalho, a terapia, acionar amigos e família são ações importantes para sair do isolamento social no qual se pode lançar, a fim de partilhar as angústias e reflexões, abrandando pensamentos intrusivos, recebendo auxílio de figuras transicionais para a construção de novas metas.

Os estudos sobre divórcio e separação passaram a receber maior atenção no final da década de 1980 e em toda década de 1990, após a Lei do Divórcio ter sido promulgada, em 1977, e ratificada na Constituição de 1988 (SOUZA, 2008). Entretanto, embora tenha havido uma produção acadêmica intensa a respeito desse fenômeno, poucos são os estudos a respeito do rompimento após a convivência em união consensual, uma vez que esse é um fenômeno mais recente, embora cada vez mais comum.

Na contemporaneidade, o arcaico convive com o moderno, como já afirmava Figueira em 1987, e os jovens adultos parecem atônitos diante da vivência sob os novos paradigmas, pois também carregam ideais antigos de amor romântico. Busca-se segurança afetiva e emocional em tempos de fragilidade dos laços. Busca-se morar junto na tentativa de fugir do divórcio, porque ele ainda representa um fracasso (GIDDENS, 1992, FÉRES-CARNEIRO, 1993; SOUZA, 2008).

O ser humano constrói vínculos afetivos para estabelecer relações de cuidado e proteção. As trocas na vida adulta se ampliam e se expandem para além do núcleo familiar e, a partir disso, os relacionamentos amorosos e sexuais ganham importância na vida dos indivíduos. A busca pelo amor e satisfação nos relacionamentos contemporâneos torna mais frequente a separação e, portanto, o rompimento amoroso torna-se também uma vivência experimentada mais vezes, ao longo de todo o ciclo vital, o que não diminuiu a dor de cada término, na medida em que cada relação é singular (CARUSO, 1989).

A separação do parceiro amoroso pode gerar mudanças significativas nas esferas social, sexual, financeira e afetiva, causando um sofrimento importante que merece ser investigado. Já existem na literatura contribuições acerca da viuvez (FRANCO, 2005, PARKES 2009), do divórcio (SOUZA, 2006, 2008, KASLOW, 1987) e até mesmo acerca do rompimento de relacionamentos menos formais, mas não menos importantes, como os namoros (TASHIRO; FRAZIER, 2003; FIELD et al., 2010), porém poucos são os estudos sobre o processo de separação após o casal ter morado junto (MANNING; COHEN, 2011; RHODES et al., 2012; BROWN, 2014).

Na sociedade ocidental contemporânea, novos formatos de relacionamentos se fazem presentes no cotidiano das pessoas, e o morar junto vem ganhando cada vez mais espaço, por ser uma modalidade que proporciona maior intimidade e compromisso e, ao mesmo tempo, maior flexibilidade para o desenvolvimento individual de cada um dos parceiros – e até para uma possível ruptura. As pesquisas (MANNING, COHEN, 2011, 2012; KUPENBERG, 2014) feitas a respeito da temática trabalharam, em grande

parte, com a probabilidade de divórcio no casamento entre aqueles que moraram junto com o parceiro antes da formalização da união. Poucos são os estudos a respeito da vivência do morar junto e do rompimento amoroso nessas circunstâncias.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo problematizar o rompimento amoroso vivido por jovens adultos que moraram juntos, na perspectiva de identificar suas variáveis e significados e, com isso, contribuir para que se tenham novos fundamentos para a ampliação de pesquisas e atendimento nessa circunstância.

A presente Dissertação foi organizada de modo que no 1º Capítulo estão apresentados relacionamentos amorosos na contemporaneidade, buscando-se caracterizar os modelos presentes, como o namoro, a coabitação e o casamento, enquanto no 2º Capítulo serão discutidos os aspectos relativos ao rompimento amoroso e as especificidades dessa vivência na circunstância de coabitação. Depois se apresenta o Método, destacando-se tratar de uma pesquisa descritiva realizada por meio de um questionário divulgado e respondido on-line. Posteriormente apresentam-se os Resultados e sua Discussão e então algumas Considerações Finais.

CAPÍTULO I

Sobre os relacionamentos amorosos na contemporaneidade

Não te quero ter porque em meu ser tudo estaria terminado.

(Vinicius de Moraes)

O modo como as pessoas relacionam-se umas com as outras não foi sempre o mesmo, bem como as expectativas construídas para o namoro, casamento e demais encontros. Os relacionamentos interpessoais são alterados pelas transformações nas esferas política, econômica, social e ideológica e, portanto, cada tempo histórico guarda diferentes formatos da construção da subjetividade e do ser humano no mundo.

Estão em pauta, nos dias atuais, discussões nos campos da religião, ciência e do senso comum, a respeito da fragilidade dos vínculos afetivos e suas consequências na formação dos casais e das famílias. Para Mezan (2003), tal mudança nos relacionamentos caracteriza-se pela emergência de paixões intensas, mas passageiras, resultando em relações menos duradouras.

Carter e McGoldrick (2011, p.185) afirmam que: “Na maioria das sociedades, falar sobre a escolha de casar ou não casar seria quase tão irrelevante como falar sobre a escolha de crescer ou não crescer (...) Casar era simplesmente parte da progressão 'natural' através da vida.”

A ruptura com os pressupostos do casamento como única possibilidade de transição para a vida adulta e para constituição da família, bem como o rompimento com o ideal da família nuclear burguesa como modelo único de organização social, só foram possíveis a partir de uma série de mudanças sociais que, de um modo geral, pleiteavam o estabelecimento de relações mais igualitárias e maior satisfação profissional, afetiva e sexual para homens e mulheres.

Na segunda metade do século XX, entre as décadas de 60 e 70, movimentos sociais – com destaque ao feminista – levantaram a bandeira da liberdade sexual e da ruptura com os padrões tradicionais de constituição de um relacionamento íntimo. A obviedade da presença do casamento na vida das pessoas passou a ser questionada, emergindo novas possibilidades de viver a conjugalidade e a vida em família. Nesse novo panorama, a coabitação é uma das possibilidades de relacionamento, mas que, ao longo das décadas, também vem se transformando e ganhando novos significados.

Neste capítulo serão abordadas as questões do amor e das relações para identificar como os relacionamentos amorosos estão estabelecidos na contemporaneidade e qual papel a coabitação ocupa nesse cenário.

1.1 Trajetória e construção dos relacionamentos amorosos e conjugais

Entre os séculos XVI e XVII ampliaram-se os argumentos a favor do prazer no ato sexual, desde que praticado somente dentro do casamento. Nesse mesmo período, alguns teólogos inseriram a noção de dívida entre os

esposos na relação sexual, ou seja, que cada qual teria de dispor seu corpo ao cônjuge em nome do pagamento de uma dívida divina (FLANDRIN, 1987).

A afeição entre um homem e uma mulher não poderia ser exagerada, para que não fosse criada “uma possível rivalidade entre o amor conjugal e o amor de Deus.” (FLANDRIN, 1987, p.145). O que recebe destaque no relato de Flandrin (1987) a respeito da antiga sociedade é o fato de o casamento ter sido, ao longo de muito tempo, um negócio entre famílias, e não um relacionamento estabelecido pelo amor, afeto ou desejo. Nessa direção, a respeito do amor no casamento, Ariès (1987) elucida que se esperava que o amor entre o casal nascesse ao longo do convívio matrimonial, porém com ressalvas para que tal sentimento não fosse tão ardente como uma paixão. E se houvesse amor entre os cônjuges, o sentimento deveria permanecer escondido na vida privada; o casamento enquanto evento público não admitia grandes expressões e a própria existência de afeto.

Norgren (2002) descreve que é a partir da Revolução Francesa (1789) que o casamento passa a ser secularizado, tornando-se pauta na esfera jurídica. Para casar-se passa a ser necessário o reconhecimento da lei e do fato, e a celebração religiosa torna-se uma opção. Também é nesse período que as relações sociais, econômicas e familiares se transformam significativamente e, no ocidente, diferentemente do que era normatizado pela doutrina cristã, procurou-se aproximar o amor conjugal do erotismo extraconjugal, “constituindo um ideal de casamento que impõe aos esposos amarem-se ou, ao menos, fazer de conta que se amam como amantes” (Norgren, 2002, p.12). E o amor tornou-se, então, figura importante na constituição da conjugalidade e dos relacionamentos interpessoais, o amor romântico deslocou-se da fantasia da literatura e passou a fazer parte do ideal dos casais em sua realidade cotidiana (GOMES, 2003).

“ (...) foi no século XIX que se constituiu a subjetividade moderna, centrada na figura do indivíduo como detentor de uma interioridade feita de afetos e de emoções. A tradução disso no plano artístico e cultural chamou-se de romantismo, e faz parte do ideário romântico a ideia de que o casamento deve ser a expressão do amor que um cônjuge sente pelo outro” (Mezan, 2003, p.161).

Para Giddens (1992), os ideais do amor romântico são correlacionados ao individualismo o que cria uma atmosfera propensa à supervalorização do relacionamento conjugal e da felicidade a dois. Por um lado, essa condição contribuiu para o desenvolvimento da intimidade e da vida privada; por outro, colocou no amor romântico a responsabilidade por uma plena satisfação dos indivíduos que passam a crer que só serão felizes se contemplados pelo grande amor.

“(...) a esfera do relacionamento conjugal, que passa a ser assim mais valorizada e priorizada. (...) o amor romântico, desde sua origem, suscita a questão da intimidade e supõe uma comunicação psíquica, um encontro que tem um caráter reparador. O outro preenche um vazio que o indivíduo muitas vezes sequer reconhece, a relação amorosa instala, e o indivíduo fragmentado sente-se inteiro”.
(Féres-Carneiro, 1998,p.2)

Juntamente com este novo ideal de amor para a constituição de relacionamentos íntimos, a família passa a ser lócus de troca de afeto, carinho e proteção (Souza; Ramires, 2006).

Souza e Ramires (2006) tratam de duas mudanças importantes na esfera dos relacionamentos familiares: a primeira, ligada às mudanças ideológicas a partir do “ideal democrático ou igualitário das relações” (p.12); a segunda, relativa às mudanças estruturais a partir da “emergência e/ou saída da clandestinidade de uma variedade de arranjos reconhecidos como famílias” (p.12).

Nas últimas décadas, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, ampliaram os anos de escolaridade e passaram a decidir se a maternidade faria ou não parte de seu projeto de vida. Atualmente as pessoas buscam por relações mais igualitárias, que sejam constituídas de companheirismo, cumplicidade, intimidade, e em que haja, especialmente, satisfação para ambos os parceiros.

A ideia de satisfação conjugal é recente enquanto tema central da conjugalidade. Tal conceito nasce no século XX e está vinculado à noção de satisfação do próprio indivíduo. Congrega o bem-estar, o contentamento e a segurança em uma relação e nada mais é do que uma equação entre os

próprios desejos e os do outro, somados à expectativa que se tem do relacionamento confrontada à realidade de fato (NORGREN, 2002, KASLOW, 2004, SOUZA, 2008,).

A partir dessa noção subjetiva de satisfação conjugal, na qual a coesão e a expressão do afeto são primordiais, a separação e o divórcio emergem como um caminho, bem como a reconstrução dos vínculos afetivos se concretiza em novos namoros, recasamentos e coabitações.

No que se refere à produção acadêmica brasileira acerca desses assuntos, a partir da revisão de literatura no banco de dados BVS-psi, foram encontrados 73 teses, 31 livros e 195 artigos com o descritor “casamento”; 10 teses, 1 livro e 35 artigos com o descritor “namoro”; 7 teses e 36 artigos com o descritor “coabitação”; e 3 teses e 5 artigos com o descritor “morar junto”. Porém, nas pesquisas com os dois últimos descritores os resultados obtidos não tinham relação com o tema, referindo-se a temas como geografia, clima ou biologia. Desse modo, verifica-se que pouco foi estudado, até o momento, a respeito da coabitação.

1.2 Namoro, coabitação e casamento: compreendendo os modelos de relacionamento

Durante o período da adolescência, a partir das mudanças biopsicossociais e do amadurecimento psíquico, emocional e sexual, os jovens passam a apresentar maior autonomia em relação às figuras parentais e a buscar por pares e potenciais parceiros amorosos e sexuais.

Souza e Ramires (2006) destacam que nas sociedades industriais atuais o ganho de autonomia pela pessoa ocorre a partir de três aspectos: econômico, residencial e interpessoal. O quesito econômico relaciona-se à capacidade de o indivíduo se sustentar financeiramente, suprimindo suas necessidades; o aspecto residencial refere-se à pessoa conseguir viver sem supervisão de outra; e, por

fim, o quesito de relacionamento interpessoal diz respeito ao estabelecimento de relacionamentos significativos com outras pessoas fora do círculo familiar. Na atualidade, como a permanência na casa da família de origem e a dependência econômica dos filhos em relação aos pais foi prolongada, a transição para a vida adulta está atrelada mais ao estabelecimento de novos relacionamentos íntimos.

O namoro, caracterizado pela *“estabilidade da associação entre duas pessoas e adesão de uma pessoa a uma relação específica”* (PASCOAL, 2010, p.2), contribui para a construção de um período de experimentações, conhecimento da própria sexualidade e distanciamento das figuras parentais (BERTOLDO; BARBARÁ, 2006).

Sobre namoro, Pascoal (2010, p.2) afirma:

“Antes da revolução sexual, o namoro consistia numa relação que antecedia o casamento, tinha duração relativamente curta e as interações eram, muitas vezes, controladas pelos pais. Atualmente, muitos tipos de relações interpessoais são designadas por este termo, desde uma relação curta e sem compromisso até a coabitação”.

Dado que a vida sexual tem se iniciado cada vez mais cedo nas sociedades ocidentais, o namoro na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta tende a se diferenciar mais quanto ao nível de autonomia que o adulto jovem atinge em relação aos pais do que acerca de uma vida sexual, que inclusive ocorre no domínio de relacionamentos como o namoro ou fora dele (SOUZA; RAMIRES, 2006). Antes dos anos 1960, o namoro era um período de preparação para o casamento, enquanto na atualidade ele pode permanecer uma relação em si mesma. No entanto, a expectativa social, e mesmo a dos envolvidos, interpreta o namoro do adulto jovem como uma transição para a constituição de uma família, por casamento oficializado ou não.

Conforme apresentado na Introdução do presente trabalho, o número de solteiros que declararam viver em regime de união consensual é bastante grande (IBGE³, PNAD, 2013); 76,4% das uniões consensuais envolvem

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

indivíduos que escolheram a coabitação em detrimento ao casamento, ou, ainda, que optaram por morar junto com o companheiro antes de oficializar a união. Ainda não é possível, entretanto, saber se esta forma de relacionamento é um fim em si mesma ou um estágio de transição antes da oficialização da relação via casamento: provavelmente ambos, como é observado em outros países.

Lappegard (2014) afirma que, na Europa, boa parte da população de adultos jovens inicia sua primeira união a partir da coabitação; nas últimas décadas, esta modalidade de relacionamento saiu da marginalidade e passou a ser um modelo aceito em todo o continente europeu. Poucos são os casais de jovens adultos, segundo o autor, que realizam o casamento sem anteriormente ter vivido outro modelo conjugal, como a coabitação. Entretanto, os níveis de aceitação em relação à coabitação são variáveis entre os países, principalmente quando se trata dos diferentes objetivos da coabitação.

Lappegard (2014) traz, em seu artigo “Mudanças nas famílias europeias”, dados da “Pesquisa social europeia” (2008), divulgados em 2014, que mostram três padrões de coabitação na Europa. Países como Grécia, Romênia, Croácia, Eslovênia, Bulgária e Polônia são nações com modelos familiares mais tradicionais, nas quais a coabitação como uma possibilidade de arranjo ainda é relativamente rara. Dados revelam que 11% da população solteira desses países vive em regime de coabitação. Já países como França, Noruega e Suíça apresentam maior prevalência desse fenômeno, tendo 34% da população solteira vivendo em regime de coabitação. Por fim, o terceiro padrão de coabitação, segundo a pesquisa, está presente em um grupo de países que representa o meio-termo entre os dois anteriores, composto por Hungria, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Hungria, Portugal e Espanha: neste grupo, de 13% a 22% da população de solteiros coabita com o parceiro.

Observa-se, então, segundo Lappegard (2014), que há culturas que aceitam a coabitação como modelo de conjugalidade por um determinado período de tempo ou como transição para a oficialização da união. Já os países onde há maiores restrições à coabitação são os mesmos que ainda

apresentam resistência aos filhos nascidos nesse modelo de união e aos casais que não incluem o casamento no projeto de vida.

De qualquer maneira, segundo o autor (LAPPEGARD, 2014), o aumento no número de coabitações nos países europeus pode ser identificado como um fator primordial na mudança dos comportamentos familiares na contemporaneidade, sustentado por processos sociais, como o individualismo e o secularismo. Provavelmente o mesmo ocorrendo em nosso país, dado o aumento dessa modalidade de relacionamento nas últimas décadas. Desse modo, pode-se considerar que uma parcela da população que se encontra na fase de adulto jovem do ciclo vital apresenta novas expectativas em relação aos relacionamentos amorosos, ao casamento e ao parceiro. Também não se encontraram estudos que permitissem concluir se o morar junto guarda semelhanças com o caráter experimental do namoro ou implica em reorganização da identidade e dos relacionamentos, como exige o casamento, na medida em que este último envolve não apenas dois indivíduos, mas também duas famílias (CARTER E MCGOLDRICK, 2011).

Muitos autores da contemporaneidade citam Berger e Kellner (1970) para tratar da relevância institucional do casamento e *“sobre o sentido atribuído a ele como um lugar de proteção contra a anomia do indivíduo”* (p.1), tendo como uma de suas funções sociais *“criar para o indivíduo determinada ordem, para que ele possa experimentar a vida com certo sentido.”* (p.1).

“O casamento constitui um espaço de encontro entre duas pessoas com passados diferentes, mas com o objetivo comum de se redefinirem. O casamento como um ato dramático, no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram e se redefinem. O drama do ato é internamente antecipado e socialmente legitimado muito antes de ele acontecer na biografia dos indivíduos. A reconstrução do mundo no casamento ocorre principalmente através do discurso. Na conversação conjugal, a realidade subjetiva do mundo é sustentada pelos parceiros, que confirmam e reconfirmam a realidade objetiva internalizada por eles. O casal constrói assim, não somente a realidade presente, mas reconstrói a realidade passada, fabricando uma memória comum que integra os dois passados individuais.” (BERGER, KELLNER, 1970, p.62)

É importante ressaltar que, na sociedade ocidental contemporânea, o casamento ainda é central na vida das pessoas, mas a ausência da

estabilidade da família *“ameaçada pelos casamentos monogâmicos desfeitos”* (NORGREN, 2002, p.26) e os múltiplos formatos de “ser casal” e “ser família” trazem a sensação, para alguns, de falência das relações afetivas (NORGREN,2002).

Na realidade, o maior número de casamento desfeitos pode ser interpretado não como decorrência de sua perda de significado, mas porque sua importância tornou-se tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda aos seus desejos (FÉRES-CARNEIRO, 1998; NORGREN, 2002; SOUZA; RAMIRES, 2006).

Carter e McGoldrick (2011) destacam que a formação de um casal não é tarefa fácil e caracteriza-se por um dos processos mais complexos de todo o ciclo vital; a visão romantizada cria o falso entendimento de que só haverá felicidade nesse contexto de transformações. Na busca pela felicidade individual, cobra-se muito do outro, porém implica-se pouco os espaços de construção coletiva, no caso da conjugalidade, na construção do nós.

“Assim, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais, o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. Se por um lado, os ideais individualistas estimulam uma autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais. Valorizar os espaços individuais significa muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais e vice-versa.” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p.4)

Féres-Carneiro (1998) define casamento como *“a determinação de dois indivíduos de conviverem numa relação estável e que implica assumirem compromissos mútuos, oferecendo reciprocamente suporte para as necessidades sociais, afetivas e sexuais”* (p.5). Nesse contexto, o casamento aparece como o espaço que dá continência às angústias intrínsecas à vida humana ao mesmo tempo em que não esgota tais conflitos, embora essa seja a expectativa. As pessoas, queixosas de certo esvaziamento no sentido da vida, buscam a todo instante preencher tal falta apoiadas na ideia de que o outro irá trazer a tão sonhada felicidade.

O ideal do amor romântico é tido como grande responsável para a realização pessoal, bem como o casamento, que compõe esse imaginário. A crescente tolerância para o sexo fora dos moldes do casamento – ou seja, a maior liberdade sexual –, o prolongamento dos anos de estudo e o aprimoramento profissional constituíram-se em razões para que jovens adultos adiem o casamento formal e a entrada na parentalidade, escolhendo como alternativa, às vezes, outras modalidades de relacionamento, como a coabitação.

Martin (2013) afirma que, nos últimos 40 anos, a coabitação deixou de ser mal vista para ser uma alternativa legitimada pela sociedade e, também, pelo Estado. De acordo com Kuperberg (2014), os casais que optam pela coabitação assumem a maioria dos papéis associados ao casamento, e aqueles casais que decidem por oficializar a união estável por meio do casamento estão em busca da transição simbólica mais do que de fato alterar os papéis e funções que o casal já ocupa no relacionamento cotidiano. Mas o autor aponta que tal transição simbólica pode alterar as expectativas que o casal tem da relação e dos papéis que desempenha. Além disso, deve-se destacar que, a partir da natureza pública da celebração matrimonial, ou seja, na transição da coabitação para o casamento, os cônjuges revelam a confiança que possuem em seu relacionamento, criando um contexto social de reconhecimento da relação, o que poderia criar barreiras que dificultam uma possível separação.

Carter e McGoldrick (2011) ressaltam, entretanto, que a cerimônia é o rito de passagem que auxilia na transição do status de solteiro para o casado, mas não é determinante.

“As cerimônias celebram. De um ponto de vista de sistemas emocionais, elas não são eficazes em si mesmas. Pelo contrário, seu efeito é determinado por aquilo que já vinha se desenvolvendo dentro do sistema emocional da família. Entretanto, as cerimônias realmente focam os eventos, no sentido de que põem os membros da família num contato consciente uns com os outros, e no sentido de que levam os processos a um ponto culminante”. (CARTER, MCGOLDRICK, 2011, p.108)

Quanto à maior facilidade em desfazer o relacionamento quando se mora junto, Manning e Cohen (2010), tanto quanto Kuperberg (2014), concordam que a coabitação pode ser considerada uma modalidade de relacionamento estável, na qual os indivíduos partilham uma vivência muito próxima ao casamento. No entanto notam, assim como Hetherington e Kelly (2002), que, por não configurar uma união legal, permitiria o rompimento em circunstâncias mais simples, na medida em que a relação se encerraria sem que fosse necessária a observância legal. É como se tais casais e seus relacionamentos fossem *divorce-proof*, ou seja, por mais que rompam e vivenciem um processo de separação, os indivíduos envolvidos nesse percurso não assumem o “fracasso” do divórcio com o mesmo peso do que no casamento – pelo menos não conscientemente (MANNING, COHEN, 2010).

Portanto, o que Manning e Cohen (2010) trazem para a discussão é que a coabitação se consolida como uma modalidade legítima de relacionamento aparentemente associado ao desejo de evitar a dor e o sofrimento de um possível rompimento amoroso, em uma época em que as relações são desfeitas com maior frequência. As pesquisas destes autores revelam que os jovens adultos têm medo do divórcio e do sentimento de fracasso que o rompimento amoroso proporciona.

Na mesma direção, Jamison e Ganong (2010) relatam que diversos estudos qualitativos identificaram que, na maioria dos casos, a coabitação é um evento circunstancial, e não necessariamente uma decisão deliberada entre os pares do casal. Desse modo, não houve um evento ou ritual que marcasse a passagem de um status relacional para outro, sendo o mesmo observado na pesquisa de Simões (2007), neste caso no Brasil.

Estudos a respeito da coabitação (JAMISON; GANONG, 2010, SIMÕES, 2007; MARTIN, 2013, BROWN, 2014) revelam ser frequente que, aos poucos, um dos parceiros comece a deixar itens pessoais ou dormir dias ou semanas consecutivos na casa do companheiro, chegando a um ponto em que estão convivendo em período integral, ou seja, estão coabitando sem ter planejado tal transição. Nesse contexto, planos para casamento ou qualquer outra modalidade de oficialização da relação não são o foco principal dos casais, ao

contrário: ao admitirem a coabitação, assumem uma modalidade de relacionamento no qual estão compartilhando a vida com alguém significativo, todavia permanecendo solteiros.

A pesquisa de Simões (2007) também sugere outras direções, principalmente por mulheres que consideram o morar junto um estágio de preparação para o casamento, visando aumento do comprometimento entre os parceiros – embora caiba ressaltar que a autora entrevistou pessoas casadas que haviam coabitado antes da oficialização da relação.

Embora a coabitação esteja presente no discurso popular e até mesmo entre os entrevistados das pesquisas supracitadas, enquanto maneira de testar a relação ou como alternativa ao casamento, Jamison e Ganong (2010) afirmam que a motivação preponderante para a coabitação é circunstancial. E diante dessa constatação dos estudos investigados, é possível identificar certa ambivalência, de ambos os parceiros, quanto ao futuro do relacionamento no qual se encontram.

Para a maioria dos casais na pesquisa de Jamison e Ganong (2010), morar junto emergiu no relacionamento como parte da rotina do namoro, e não como uma progressão para outra forma de envolvimento. Logo, de acordo com esta pesquisa, a expectativa de coabitação para os jovens adultos das classes médias urbanas caracteriza-se mais como uma modalidade de namoro, sem necessariamente haver uma expectativa de transição para o casamento ou para ter filhos em conjunto.

Comparando essas pesquisas, podemos concordar com Martin (2013), de que há diferentes motivações para a coabitação, e que as expectativas em relação a ela variam mesmo entre os pares do casal.

Manning e Cohen (2010) identificaram em sua pesquisa que, geralmente, a coabitação é uma experiência de curta duração, que chega ao fim, quase sempre, antes dos dois anos, porque os envolvidos nela rompem o relacionamento. Ou, como identificou Simões (2007), porque se casam.

Alguns autores (MANNING; COHEN, 2010, JAMISON; GANONG, 2010) referem ainda que, embora a coabitação seja um fenômeno recentemente aceito, já está presente na sociedade ocidental há mais de 40 anos; porém, com sua maior aceitação social, o perfil de quem opta pela coabitação também mudou significativamente. Assim, a coabitação é menos estável do que há 15 anos, e não é útil ao objetivo para o qual muitos se propõem de testar a relação, na medida em que as taxas de separação de quem mora junto antes de se casar são 60% maiores do que entre os casais que passam direto do namoro para o casamento.

Especificamente sobre as condições europeias, o artigo de Lappegard (2014) dá destaque a um dado interessante nessa direção. Afirma que os níveis de felicidade e de satisfação com a vida são menores entre aqueles que coabitam, quando comparados aos que são casados; além disso, aqueles que coabitam vivem em um relacionamento com menor comprometimento e satisfação com o parceiro. Tais afirmativas poderiam corroborar a ideia da existência de um modelo melhor ou pior no tangente à constituição da conjugalidade, porém Lappegard (2014) também identifica que, nos países nos quais a coabitação era correlata ao casamento, os níveis de satisfação conjugal eram muito parecidos. Logo, compreende-se que não há um modelo de relacionamento mais estável, pois existem múltiplos fatores que incidem em um relacionamento e os aspectos que o tornam uma experiência boa ou ruim podem estar presentes tanto na coabitação quanto no casamento. O que cabe apontar é que a legitimação social de um modelo de relacionamento pode impactar de maneira positiva nessa vivência.

Acerca do rompimento nas conjugalidades formais e informais, cabe citar Martin (2013), que, por meio da Pesquisa Nacional de Domicílios Britânica (não precisa dizer o ano?), analisou as taxas de divórcio entre pares que se casaram sem antes ter passado pelo período de coabitação e entre aqueles que passaram por essa experiência. Com base em dados qualitativos, o autor estabeleceu uma classificação de modo a facilitar a compreensão do processo de coabitação, que é apresentada a seguir:

- *Estar solteiro e coabitar como equivalentes*: nesta modalidade, coabitar com o parceiro amoroso é equivalente a permanecer solteiro, portanto, o estado civil dessas pessoas não é alterado a partir do compartilhamento da residência e do cotidiano. Segundo o autor, esta classificação privilegia e legitima o casamento como a alternativa para deixar de ser solteiro;

- *Casamento e coabitação como equivalentes e escolha na constituição da união conjugal*: nesta definição, há uma equiparação entre o casamento e a coabitação, na medida em que se considera que a vivência da intimidade sexual, da afetividade, das tarefas cotidianas e da residência é a mesma em ambos os casos – isto é, no casamento e na coabitação. Esta conceituação se distancia do modelo tradicional e propõe que tanto o casamento quanto a coabitação são modalidades possíveis para levar a relação a outro nível de comprometimento;

- *Coabitação como uma parte do processo do casamento*: esta modalidade emerge a partir de pesquisas que apontam que a maioria das pessoas que moram juntos pretende oficializar a união em algum momento, de modo que a coabitação é vista como parte de um processo maior de comprometimento e união. Esta modalidade compreende a coabitação como um período anterior ao casamento, necessário para testar o potencial da relação e as compatibilidades do casal. Casais nesta modalidade têm geralmente o perfil de permanecer sem filhos e de pretender se casar no futuro.

- *Coabitação como alternativa para jovens adultos com alto nível de escolaridade*: o autor retoma que há duas décadas a transição para a coabitação enquanto alternativa ao casamento era presente em contextos sociais de maior vulnerabilidade social, nos quais os parceiros apresentavam baixo grau de escolaridade. Na atualidade, a coabitação torna-se uma alternativa especialmente para grupos de jovens adultos das classes médias urbanas e com alto grau de escolaridade, que pretendem continuar investindo no aprimoramento profissional e, portanto, escolhem a coabitação como uma opção menos dispendiosa do que o casamento para partilhar a vida a dois.

- *Coabitação como alternativa ao casamento*: nesta modalidade, o autor afirma que não há sanções sociais significativas que impeçam um casal de viver durante todo o período de relacionamento sem oficializar a união. Desse modo, as famílias são constituídas e os filhos são nascidos nesse formato de relacionamento. No ocidente, grande parte dos países já apresenta leis que regulamentam e reconhecem esse outro modelo conjugal e de família.

Simões e Souza (2010) afirmam que não há mais um modelo hegemônico de conjugalidade, na medida em que os relacionamentos são estabelecidos com o amor como uma precondição e não há mais a obrigatoriedade da “tutela religiosa ou jurídica” (p.28). Nesse contexto, o casamento é mais uma das possibilidades dentre tantas, “*como o morar junto antes de casar, uniões estáveis, as uniões sem filhos e os relacionamentos LAT – Living apart together*” (p.28).

Contudo, mesmo diante de tantas possibilidades relacionais, o que salta aos olhos na contemporaneidade é o medo do fracasso na conquista e na manutenção do amor romântico; a coabitação vem ao encontro dessas novas demandas subjetivas e objetivas dos casais de jovens adultos. Resta, agora, observar as consequências desse novo modo de relacionamento interpessoal e o impacto disto na construção das identidades e dos processos coletivos.

“Dizemos isto porque é justamente o amor romântico que vai estimular a idealização do parceiro e expectativas de desenvolvimento da relação, gerando um auto-questionamento constante entre os sujeitos, inquirindo se os sentimentos são suficientemente profundos para suportar um envolvimento prolongado. Parece ser este um dos possíveis motivos de aumento do número de casais morando juntos: por medo de falhar no casamento ou até no amor, os jovens parecem estar optando por testá-lo antes da escolha ‘definitiva’. Porém negociando pouco a convivência, o caráter interpessoal e entre-famílias na conjugalidade, eles podem estar deixando de testar aquilo que estressa os relacionamentos: a convivência no cotidiano, aquela que o caráter experimental do morar junto permitiria” (SIMÕES; SOUZA, 2010, p.37).

Diante do exposto, foi possível identificar que a literatura descreve com detalhes o processo de formação do casal, com considerações importantes acerca do namoro e do casamento. Ou seja, sabe-se que o namoro sugere o vínculo com uma pessoa específica com a qual serão compartilhadas

vivências, intimidade e uma série de sentimentos. Durante o namoro, as negociações com a família de origem de cada membro da relação e com amigos começam a ser feitas, mas a inclusão dessas pessoas na relação e na convivência do casal ainda é uma escolha. O namoro caracteriza-se, principalmente, como um momento de experimentação da relação e dos significados que a ela vão sendo atribuídos.

No que se refere ao casamento, por outro lado, embora bastante criticado desde os meados do século passado, devido ao seu caráter imutável e estático, ainda é uma instituição valorizada e desejada por muitos, na medida em que a ideia de compartilhar a vida de maneira formal com alguém faz parte do ideal romântico da sociedade ocidental contemporânea.

Embora a coabitação venha sendo uma escolha cada vez mais frequente de estabelecer uma relação conjugal, especialmente entre jovens adultos das classes médias urbanas, ainda há pouca clareza sobre o que se pensa a respeito dela. Se no passado a escolha pela coabitação fazia parte da realidade de casais e famílias em estado de vulnerabilidade social, ou ainda daqueles que questionavam o casamento como instituição sagrada e se valeram da coabitação como alternativa à instituição imposta, na atualidade essa relação emerge com significados diversos: como consequência da rotina relacional de casais de namorados, para compartilhar despesas – contribuindo, assim, para o crescimento profissional e financeiro – ou, por fim, para testar a relação antes de investir em sua oficialização.

Pascoal (2010) indica em seu estudo que, para muitos casais da contemporaneidade, a coabitação parece proporcionar “o melhor dos dois mundos”, ou seja, eles mantêm a liberdade e a independência associadas à vida de solteiro e as vantagens emocionais, sexuais e econômicas associadas ao casamento.

De acordo com Carter e McGoldrick (2011, p.186):

‘Nós ainda não temos nenhuma evidência real do impacto sobre o casamento tardio do tremendo aumento recente no número de casais

que vivem juntos sem casar; mas sabemos que cada vez mais casais estão passando por estágio de viver com parceiros antes do casamento, tornando a transição para o casamento um ponto muito menos crítico no ciclo de vida familiar do que no passado.”

Nessa direção é possível concordar com Lappegard (2014), quando afirma que uma vez o casamento não sendo mais uma convenção social obrigatória na formação de um casal, as pessoas se casam ou decidem não se casar por diferentes razões, que, provavelmente, estarão atreladas a valores individuais.

O entendimento de que a coabitação é uma forma de relacionamento passível de ser desmanchado mais facilmente está presente nas sociedades em que este tipo de relação não é amplamente aceita ou não está equiparada ao mesmo nível de compromisso que demais relacionamentos formais, como o casamento.

1.3. A formação do casal e a dinâmica do morar junto

A formação de vínculos afetivos caracteriza-se por um comportamento social, mas cuja origem advém da condição biológica de busca pela autopreservação. A procura por estabelecimento de um elo com figuras de apego ganha especificidade na espécie humana que, como afirma Bowlby (1982,2006), não estabelece vínculo com todos os seres, mas somente com alguns, com os quais constrói trocas nos âmbitos do cuidado e do afeto.

Tal relação pressupõe a construção de um mundo compartilhado, no qual as figuras de ligação estabelecem entre si fonte de cuidado e proteção. A formação dos primeiros vínculos ocorre na infância, entre o bebê e seu cuidador principal. O padrão de apego desenvolvido nesta fase da vida pode orientar, em grande medida, o padrão de apego nas fases posteriores.

A partir da Teoria do Apego (BOWLBY, 1969), compreende-se que, ao longo do desenvolvimento humano, as pessoas se socializam com outras fora

do núcleo familiar, deslocando os sistemas de apego para estes outros sujeitos e estabelecendo trocas no âmbito do cuidado e do afeto de maneira recíproca e menos hierárquica.

O sistema de apego envolve o comportamento interpessoal do presente, as possíveis interações futuras e aquelas internalizadas (simbólicas). Os parâmetros do sistema de apego vão gradualmente sendo moldados de acordo com as respostas dadas pelo outro de modo a influenciar e até dimensionar sentimentos, pensamentos, atitudes e comportamentos que, por sua vez, irão interferir na relação com o parceiro e nas reações dessas pessoas (MIKULINCER; SHAVER, 2007).

Bowlby (1969) foi o primeiro a discutir os diferentes funcionamentos do estilo de apego dos indivíduos no contexto das relações amorosas e nos casamentos. Mikulincer e Shaver (2007) citam trabalhos anteriores (SHAVER et al., 1988) nos quais é proposto que o apego romântico e seus laços na vida adulta são similares aos da criança e suas primeiras figuras de cuidado. Haveria, portanto, influência dos padrões de apego no funcionamento dessas relações. Ou seja, os padrões de apego exercem influência no início, na consolidação e na manutenção das relações amorosas.

Durante a paquera e os primeiros encontros, especialmente aqueles que visam gratificação sexual a curto prazo, o sistema de apego é acionado. Carregado de emoção, estimula a esperança de cuidado e suporte, bem como o medo de desaprovação e rejeição. As pessoas transferem seu estilo de apego aos novos potenciais parceiros amorosos (MIKULINCER; SHAVER, 2007).

Kernberg (1995) destaca que a excitação sexual ocupa um lugar muito especial entre os afetos e, apesar de sua importância biológica, ela também tem papel central na experiência psicológica humana, sendo um componente crucial na aproximação entre duas pessoas. Segundo o autor, estar apaixonado fomenta a idealização do outro, o que *permite “o enriquecimento do self e aumento de seu investimento libidinal”* (KERNBERG, 1995, p.18).

“A atração sexual ocupa um lugar importante na escolha do parceiro romântico, e, uma vez escolhido o parceiro, o comportamento sexual se torna uma faceta central do relacionamento, podendo promover um vínculo de apego.” (Souza, Ramires, 2006, p.32)

Hazan e Zeifman (1994) afirmam que a fase de atração na formação de apego entre parceiros amorosos tem duração de, aproximadamente, um a dois anos, e que, após este período de envolvimento, o relacionamento pode seguir dois caminhos: rumo ao fim ou à transformação em um laço de apego duradouro. Ou seja, o início de qualquer relacionamento é caracterizado por uma atração sexual importante (componentes psicobiológicos) e a busca por proximidade. Já os períodos de consolidação e manutenção da relação são caracterizados pela necessidade em manter-se próximo e pelo protesto de separação (na medida em que o outro torna-se uma fonte de proteção e cuidado e sua ausência inexplicada ou inesperada, gera sofrimento) (FIGUEIREDO; SOUZA, ,2015).

No que se refere aos relacionamentos amorosos, Kernberg (1995) descreve que o amor sexual maduro expande o desejo erótico para um relacionamento com uma pessoa específica, *“em que a ativação de relacionamentos inconscientes do passado e as expectativas conscientes de uma vida futura como casal se combinam com a ativação de um ideal de ego conjunto.”* (KERNBERG, 1995, p.18). O amor sexual maduro implica um comprometimento na esfera dos sistemas sexual, emocional e de valores.

“Trata-se de relação de apego muito mais complexa do que aquela desenvolvida em relação às figuras primárias, parentais, da infância, pois envolve os sistemas de apego e cuidado atuando de modo recíproco, bem como componentes dos sistemas afiliativo e sexual, todos eles permeados por representações cujo conteúdo é cultural, histórico, familiar e produto das relações anteriores, definindo o conteúdo aceitável acerca do dar e receber recíprocos” (FIGUEIREDO, SOUZA,2015 ,p.9)

Figueiredo e Souza (2015) seguem afirmando que *“o desenvolvimento da conjugalidade implica compartilhar desejos, crenças, expectativas, ao mesmo tempo em que oferece a oportunidade de aprender a sobreviver às decepções consigo mesmo, com o parceiro e com a realidade”*, cabendo ao par

afinar-se na construção dos projetos a dois e individuais, mantendo a distância e a proximidade suficientes para o desenvolvimento nestes dois aspectos e, mais, conseguir superar as diferenças, as decepções e ambivalências que se apresentam ao longo desse percurso (FIGUEIREDO;SOUZA, 2015).

“Portanto, a função psicossocial do namoro, e mesmo do morar junto, é permitir a experimentação, a auto-exposição e distanciamento, negociação de valores e estilo de vida. A construção criativa do nós, envolve, dois níveis de adaptação: o interpessoal (conjugal) e o pessoal relativo a elaboração interna das perdas que nos acarreta, nem sempre reconhecidas ou frequentemente negadas.” (SOUZA; SIMÕES, 2010,p.35).

E manter um relacionamento a longo prazo exige que essa construção do nós seja a partir de *“respeito, admiração e gratidão um ao outro”* (MIKULINCER, SHAVER, 2007, p. 306), de modo que seja possível expressar os afetos e exercer um cuidado verdadeiro para com o outro. Segundo os autores, seria com base nesses sentimentos a possibilidade de um relacionamento constituído de compromisso e intimidade e a confiança de um crescimento mútuo. A sensação de que o investimento vale a pena a partir das trocas recíprocas é o que alimenta um maior investimento na relação e a manutenção da mesma.

Desse modo, destaca-se a importância do sistema de apego na perspectiva da construção e manutenção da relação. Mikulincer e Shaver (2007) afirmam que o estilo de apego seguro facilita a formação, a consolidação e a manutenção de um relacionamento amoroso satisfatório, ao contrário dos estilos de apego inseguro, no qual o apego evitativo atrapalha desde a aproximação para a paquera até o progresso para o desenvolvimento de intimidade e comprometimento, e o apego ansioso, “desconfiado e intrusivo” (MIKULINCER; SHAVER, 2007, p. 307), que aumenta o conflito entre os parceiros e dificulta o enfrentamento de crises.

No percurso de um relacionamento amoroso há uma transição do apaixonar-se para o amar e o conseguinte desejo de permanecer junto construindo um mundo compartilhado. Os primeiros encontros e os relacionamentos informais conhecidos atualmente como “ficadas” e “rolos” são uma maneira de estender as atividades em conjunto, de compartilhar

informações íntimas e de falar a respeito de histórias pessoais, até serem substituídas por conversas e planos comuns ao casal, a longo prazo. Durante o namoro e a coabitação, os parceiros alteram suas rotinas de modo que partilhem mais vivências comuns.

Na circunstância da coabitação, nessa perspectiva, as condições de moradia refletiriam um aumento do comprometimento um com o outro. Tais mudanças, normalmente, indicam que os parceiros estão construindo as bases para aquilo que esperam ser comprometimento e mútua satisfação na relação. Na perspectiva da teoria do apego, o morar junto poderia ser interpretado como *“parte dessa transição para um relacionamento com maior grau de compromisso no qual as pessoas pretendem consolidar seus sentimentos”* (MIKULINCER; SHAVER, 2007, p. 307). Mas, como foi apresentado anteriormente, há uma multiplicidade possível de sentidos, expectativas e posicionamentos pessoais e sociais acerca dessa modalidade de relacionamento.

CAPÍTULO II

O rompimento amoroso

Não amar com medo de sofrer é a maior das bobagens, é querer se vacinar contra a angústia da finitude, como se fosse possível sair vivo do amor ou da vida.

(Xico Sá)

O rompimento de um vínculo afetivo altera significativamente o modo como o indivíduo interpreta o mundo ao seu redor, uma vez que são colocadas em xeque a realidade antes conhecida e as certezas construídas, levando-o a se reorganizar frente a tais mudanças (Parkes, 2009).

Em situações de risco ou de dificuldade, os indivíduos recorrem às suas bases de segurança e, caso estas não estejam disponíveis ou não respondam prontamente, a ameaça da perda deste “porto seguro” causa ansiedade e medo. Bowlby (1982,2006) refere que a ansiedade pela separação é uma resposta quase que instintiva à possibilidade da figura de apego estar “inexplicável ou injustificadamente ausente” (BOWLBY, 2006, p.121). Assim

sendo, a perda definitiva da figura de apego e o rompimento do vínculo afetivo ora constituído causam dor e sofrimento.

Conforme tratado no capítulo anterior, as transformações sociais, econômicas e ideológicas alteraram sobremaneira os modelos de relacionamentos e as relações interpessoais. O indivíduo e seus sentimentos tornaram-se figura central e, na busca por maior satisfação, as relações afetivas passam a ser feitas e desfeitas com maior frequência, aumentando o número de formação e rompimento de vínculos.

Féres-Carneiro (2003) ressalta que “os ideais contemporâneos são muito influenciados pelo individualismo e na relação conjugal enfatizam a autonomia de cada um dos parceiros” (p.5). A consequência desse movimento voltado para o eu é, muitas vezes, o enfraquecimento dos espaços conjugais.

Com o aumento do número de parceiros sexuais e afetivos, uma pessoa pode ter várias histórias relacionais ao longo de sua trajetória de vida. Por um lado, tal possibilidade é interessante, pois amplia o número de trocas subjetivas, contato, afeto e cuidado, e são estabelecidas novas formas de construção da própria subjetividade e identidade. Por outro, com a maior frequência de término, o sofrimento em decorrência dessa vivência também é mais frequente, bem como o contato com a própria finitude.

Igor Caruso (1989) afirma que a cada rompimento amoroso a pessoa revê todo seu histórico de perdas e diferenciação, especialmente da família de origem, o que pode ser um processo bastante doloroso, porém, ainda assim, frutífero.

O mesmo autor destaca que, por anos, a sociedade preferiu debruçar-se sobre os estudos sobre o luto por morte física, deixando em defasagem estudos acerca da elaboração do luto em outras circunstâncias importantes, como a do rompimento amoroso. Na separação há, também, a perda de um ente querido, porém este permanece vivo. Trata-se, nada menos, do que “uma morte em vida” (CARUSO, 1989, p.19).

Caruso (1989), psicanalista, associa a dor da separação a uma dor narcísica, na medida em que a integridade do Ego fica comprometida. E complementa tal ideia ao afirmar que a separação proporciona a morte psíquica do outro dentro de si e, para conservar a própria vida, busca-se reprimir o que é sentido pelo outro, a fim de matá-lo psiquicamente, já que na realidade ele permanece vivo. Portanto, o esquecimento, ele acrescenta, é a maior defesa contra a própria morte, ou seja, a pessoa gradativamente busca apagar o outro dentro de si mesma para então conseguir sair do sofrimento.

A perda do objeto amoroso seria “uma mutilação do Ego” (CARUSO, 1989, p.26). Os mecanismos de defesa acionados teriam por objetivo preservar o Ego, evitando a morte completa da consciência, os problemas dela decorrentes, como a psicose ou depressão, e a morte física de fato, através das somatizações e suicídio.

Diante da ruptura, da crise e do sofrimento, é preciso garantir a continuidade da própria vida e a reconstrução dos significados perdidos. A agressividade contra o outro faz parte dessa tentativa de “desvalorização do ausente” (CARUSO, 1989, p.26), permitindo a desidentificação com a pessoa amada, para que seja possível o processo de desinvestimento no outro e no nós. Na separação por rompimento amoroso, à medida que cresce o desinvestimento no nós, aumenta proporcionalmente o investimento no eu. Todavia cabe ressaltar que esse movimento, tão bem descrito por Caruso (1989), não é instantâneo, e faz parte de um processo: o de elaboração do luto.

Durante a elaboração do objeto perdido, é sentido um pesar quando da constatação de que, na separação, uma parte de si mesmo morre, enquanto a figura amada sobrevive. O luto por rompimento, diferentemente do luto por morte física, tem de dar conta do fato de que o outro continua existindo “sem mim” (CARUSO, 1989).

O rompimento amoroso proporciona uma condição distinta de sofrimento, pois as fronteiras que delimitam o fechamento de determinada história relacional permanecem difusas, na medida em que a pessoa permanece existindo em pensamento, lembranças e na própria realidade,

porém não mais com a mesma proximidade física, caracterizando uma perda ambígua. Boss (2004) define duas formas de perda ambígua: ausência psicológica com presença física ou presença psicológica com ausência física. O sofrimento decorrente do rompimento amoroso enquadra-se na segunda definição.

Caruso (1989) ressalta que o desejo da morte é presente, seja a morte do outro ou a de si mesmo (pela identificação com o ex-parceiro). Quanto melhor é a recuperação do outro, maior a minha dor.

Interessante Caruso afirmar que, em um determinado momento, o indivíduo já não sofre mais pelo amante, mas por si mesmo, e pela ferida em seu Ego. “A separação é sentida como um prejuízo ao próprio ser do sujeito, sem possibilidade de ser recuperado, e por isso provoca indignação” (CARUSO, 1989, p.74).

O sentimento de desalento causado pela separação deve-se ao fato do rompimento promover uma desestruturação razoável da personalidade. Muitos não conseguem sair do estado melancólico enquanto não encontram uma nova presença e não formam um novo vínculo amoroso. Para outros, a separação pode produzir crescimento decorrente do desafio de rever-se e reeditar-se.

Embora a crise traga um sofrimento significativo, bem como uma desorganização importante nos âmbitos emocional, afetivo, social e econômico, a partir da nova condição imposta as pessoas se veem diante da necessidade de se reavaliarem, o que traz aspectos positivos, especialmente se o relacionamento se encontrava mais nocivo do que benéfico.

Hetherington e Kelly (2002) trazem alguns recursos de enfrentamento (individuais, relacionais e sociais) utilizados por aqueles que passaram por um processo de separação, sendo estes: “autorregulação; autonomia; controle interno; religiosidade; trabalho; suporte social e novos relacionamentos íntimos” (p.74).

Os indivíduos com um padrão de apego seguro (BOWLBY,1969,2006) apresentarão maior facilidade para acionar a rede de apoio, pois sabem que

em momentos de dificuldades podem e devem contar com pessoas que lhes amparem na dor e no sofrimento. O padrão de apego influencia em grande medida a maneira como o indivíduo irá lidar com o rompimento amoroso e a escolha das estratégias de enfrentamento.

Entretanto, é preciso que a rede de apoio esteja disponível no momento em que o enlutado busca a ajuda; para tanto, o reconhecimento social da perda e do sofrimento por rompimento amoroso é essencial. Mas parece que o rompimento na circunstância da coabitação não recebe o devido reconhecimento social e, desse modo, as pessoas que passam por essa situação não conseguem espaço para viver sua dor e falar sobre ela.

Casellato (2005) afirma que a ausência de suporte social que valide a perda do enlutado e o auxilie no investimento e na construção de novos projetos pode dar lugar a um processo de luto complicado. A pouca legitimidade social da relação de quem mora junto pode proporcionar um baixo reconhecimento do sofrimento durante o processo de separação, reduzindo o suporte social e o espaço para a elaboração do luto: *“A dor encerrada, sem nenhuma forma de expressão, torna-se ressentimento”* (CASELLATO, 2005, p.87).

O luto vivido por casais jovens caracteriza-se por uma perda pouco legitimada socialmente, uma vez que se espera que o jovem sofra a dor da separação por um curto período de tempo, apresentando maior capacidade e disponibilidade de reorganização da vida social e afetiva. Diante do pequeno espaço para a expressão da tristeza, raiva e desilusão, a elaboração do luto pode ficar comprometida, devido à ideia de que quanto mais jovem, maior a possibilidade de novos relacionamentos e, como afirma Casellato (2005, p.24):

“A perda é considerada pequena e superável. (...) A sociedade está construída sobre a ideia de um desempenho rentável e deve, portanto, reprimir radicalmente as manifestações de sofrimento, obrigando a pessoa a entrar em um processo acelerado de sublimação.”

No rompimento de relacionamentos amorosos de jovens adultos, sem filhos, é comum o consolo: "Pelo menos não teve filhos, podia ser pior", tal afirmativa sugere que aquela dor tem menor importância.

2.1 O rompimento de relacionamentos informais

Embora possamos prever um processo semelhante no que se refere à perda do objeto amado, não há estudos suficientes que delineiem o processo quando se trata de namoros e coabitação.

Artigos recentes que apresentam investigação sobre o rompimento amoroso (de namoros) entre jovens adultos e jovens universitários identificaram alguns aspectos importantes para o desenvolvimento da presente Dissertação. De acordo com Locker Jr. (2010) e Rhoades et al. (2012), ser a pessoa que inicia o término promove sentimentos de culpa; entretanto, estes indivíduos têm menos dúvidas a respeito da decisão tomada, bem como são os que se recuperam mais rapidamente do sofrimento quando comparados aos que receberam a notícia do término.

O recebimento da notícia é sempre bastante doloroso. Normalmente, um dos parceiros da relação já elaborava a possibilidade de um rompimento quando, possivelmente, um evento o faz tomar a decisão final: desistir de investir na relação e começar a caminhar por outras estradas.

Aos envolvidos no término de um relacionamento como o namoro, cabe compreender o sentido do que foi vivido, tomando consciência da influência das características individuais de cada parceiro na construção e no fim do relacionamento. É importante se apropriar de sua história, de seus sentimentos e desejos. Culpa não contribui para um bom prognóstico após a separação amorosa (FIELD et al., 2010).

Para quem recebe a notícia do fim, não há uma elaboração prévia, uma vivência antecipatória do luto, mas sim um corte abrupto do projeto a dois que estava sendo construído e, por isso, Field et al. (2010) afirmam que sofre mais o receptor da notícia do que quem a anunciou.

Porém, Locker Jr. (2010) e Rhoades et al. (2012) afirmam que a tristeza e angústia relacionadas ao término do relacionamento são maiores entre aqueles que atribuem inteiramente a responsabilidade do fim ao ex-parceiro ou a fatores externos (como estresse no trabalho, amigos ou outro relacionamento amoroso), pois apoiam-se em elementos dos quais não é possível ter controle algum.

“A separação põe em descoberto a incompetência de não conseguirem sustentar um relacionamento a dois de forma satisfatória. Essa incompetência costuma ser atribuída ao outro parceiro, que passa a ser encarado como aquele que pôs tudo a perder e ‘destruir’ a relação. Com isso se evita entrar em contato com a responsabilidade de cada um no fracasso da relação. Essa forma de se confrontar com a separação dificulta tanto sua elaboração quanto a possibilidade de aprender com a experiência vivida.” (ROSSI, 2003, p.66)

Na realidade, ao atribuir ao outro a responsabilidade pelo término, perde-se a compreensão de que um relacionamento é uma construção em conjunto e que, portanto, ambos são corresponsáveis para a existência da relação. Ao aplicar duas escalas (*Breakup Distress Scale* e *Breakup Reasons Scale*) em uma amostra de 119 estudantes universitários que haviam terminado um namoro ou relacionamento significativo, Field et al. (2010) concluíram que, na medida em que se coloca para o outro a responsabilidade pelo relacionamento e, portanto, por sua própria vida, esse sujeito se vê de forma muito vulnerável e enfraquecida, e sua dor é maior (FIELD et al., 2010).

Field et al. (2010) revelam que as taxas mais altas de angústia após o término do relacionamento estavam entre aqueles que: receberam a notícia do fim do relacionamento; vivenciaram um término inesperado, foram pegos de surpresa pela notícia; se sentiram rejeitados e traídos (sendo que concretamente uma traição ou mudança de parceiro possa haver ocorrido); e, por fim, os que ainda não haviam tido um novo relacionamento íntimo/amoroso pouco tempo depois de um relacionamento anterior ter chegado ao fim.

Segundo os mesmos autores, o que diferencia o rompimento amoroso de outros estressores que podem emergir ao longo do ciclo vital, como doenças, violências, morte, entre outros, é que a maioria das pessoas irá viver essa experiência diversas vezes na vida, o que pode contribuir para um maior

crescimento pessoal e experiência nos relacionamentos interpessoais. Espera-se que os indivíduos estejam mais bem preparados para os relacionamentos futuros a partir das experiências passadas.

Todavia, cabe ressaltar que características pessoais e de personalidade influenciam, em grande medida, o modo como cada pessoa irá responder ao estresse do rompimento e quais aspectos dessa vivência ela irá levar para seus relacionamentos subsequentes.

De acordo com o mesmo estudo (FIELD et al.,2010), mulheres vivenciam emoções mais positivas do que os homens após o rompimento de um namoro ou de um relacionamento significativo. Já Féres-Carneiro (2003), ao tratar da dissolução do casamento, relata que um dos aspectos positivos que tanto homens e mulheres observam na separação é o ganho da liberdade. A solidão é um elemento negativo com o qual todos tiveram de lidar. Essa ambivalência torna os primeiros meses após a separação os mais difíceis.

Na amostra da pesquisa de Locker Jr. (2010), a duração do relacionamento encerrado e o fato de estar com um novo companheiro (a) foram fatores de impacto na recuperação do rompimento amoroso. As conclusões alcançadas são de que quanto mais longo o período de namoro, maior o sofrimento pelo término; e de que estar em uma nova relação contribui na elaboração da perda do relacionamento anterior.

Hetherington e Kelly (2002) revelaram que muitas pessoas diziam não saber mais quem eram logo após a separação e que, quanto mais atividades em conjunto o ex-casal compartilhava (a rotina de cuidado com a casa, convivência com amigos e famílias e vida profissional), mais complexo se tornava o processo de reorganização e retomada da identidade individual.

Com base em autores que pesquisam relações de gênero (CONNEL, HEARN & KIMMEL, 2005; GERSTEL, RIESSMAN &ROSENFELD, 1985; MESSNER, 2002; PACOE, 2007; PLUMMER, 1999), Hendy et al. (2013) afirmam que são nas relações íntimas e amorosas que os homens são autorizados, de forma um pouco mais livre, a expressar suas emoções e

afetividade: diante dessa constatação, eles seriam mais preocupados com a solidão (após o término de um relacionamento), pois perdem o espaço de expressão de seus sentimentos e afetos. Em contrapartida, a pressão à qual as mulheres são submetidas para estarem em um relacionamento amoroso é maior do que a exercida sobre os homens: é por meio da capacidade de conseguir estabelecer relacionamentos íntimos de qualidade que a mulher é respeitada e constrói sentimento de mais valia (HENDY et al., 2013).

Enquanto por muito tempo os homens eram responsáveis basicamente pelo sustento financeiro/material e estabeleciam suas relações familiares e amorosas a partir dessas bases, as mulheres foram socializadas de modo a serem responsáveis pelas relações sociais e afetivas que estabelecem com os outros. Logo, o sentimento de responsabilidade pelo “fracasso” ou “sucesso” de uma relação, na maioria das vezes, ainda é atribuído a elas (HENDY et al., 2013). A partir da aplicação da escala *Reasons to Leave Scale*, os autores identificaram que um dos principais motivos para angústia, ao término de um relacionamento, é a perda da vivência da intimidade.

Os resultados da pesquisa de Rhoades et al. (2012) apontam um dado curioso: indivíduos que estavam em um relacionamento satisfatório sofreram menos após o término do relacionamento, contrariando as expectativas dos autores. Tal resultado pôde ser interpretado da seguinte maneira: em um relacionamento satisfatório havia indivíduos felizes consigo mesmos e, portanto, eles conseguiram superar as tristezas do término.

De um modo geral, após uma separação, as pessoas vivenciam uma série de transformações na forma como percebem a si mesmas, em seu bem-estar e no enfrentamento das tarefas e dificuldades cotidianas (BROWN, 2014).

A respeito das mudanças positivas na vida daqueles que passam pelo término de um relacionamento amoroso, sabe-se que transformações importantes podem acontecer durante períodos de crise, sobretudo, na autopercepção (crescimento da autoconfiança, mudanças nas prioridades, empatia por terceiros, entre outros) (KASLOW, 1987; HETHERINGTON, 2002; TASHIRO, FRAZIER, 2003; HIME, 2004; SOUZA, 2008; PAIVA, 2011).

Os artigos a respeito da separação na circunstância da coabitação (MANNING, COHEN, 2011; RHODES et al.,2012; BROWN,2014; KUPENBERG, 2014) apresentam aspectos parecidos com aqueles identificados nos estudos sobre divórcio, no qual o rompimento amoroso, além do sentimento de incompetência, faz despontar a desilusão com o ex-parceiro, consigo mesmo e com o projeto social de amor eterno. Sentimentos de raiva, tristeza, ansiedade são comuns e o sujeito se vê diante da necessidade de reorganizar a própria vida, refazer a identidade pessoal, lidar com a inundação de emoções e sentimentos e reavaliar as esferas sexual, econômica, social e afetiva (SOUZA, 2008).

É possível, portanto, verificar alguns aspectos similares entre a separação na coabitação e o divórcio no casamento. Especialmente no que se refere à condição de perda ambígua, caracterizada por uma perda cujas fronteiras são difusas. A perda ambígua pode ser observada nos dois casos de rompimento e traz consequências importantes na vida dos indivíduos, sendo estas imobilizá-lo na retomada dos projetos de vida e nos demais relacionamentos; comprometer o processo de tomada de decisão; dificultar o processo de elaboração de luto e os processos de enfrentamento; impedir o encerramento da situação vivida; e produzir sentimentos de desamparo, desesperança e exaustão (BOSS, 2004).

Na especificidade do rompimento após o casal ter morado junto, Manning e Cohen (2010) apontam que a maior taxa de dissolução de casamentos foi entre aqueles que haviam morado juntos sem planos para casamento no futuro. Mas que, contextos externos ao casal, como relacionamento familiar e com amigos, conflitos religiosos e trabalho, influenciaram em grande medida os casais a se separarem.

As pesquisas revelam que os casais que coabitam são tão mais propensos a não se casarem quanto para não romperem a relação. A princípio são casais com maior envolvimento, no qual outras questões estão presentes, como o compartilhamento da residência; então, cogitar romper a relação poderia envolver maiores ponderações do que em namoros comuns. Todavia, alguns entendem que já vivem em uma união estável (assim como já prevê a

legislação) e, portanto, não precisam oficializar a união: a coabitação seria uma alternativa.

O resultado da pesquisa apresentada por Elison (2010) corrobora as seguintes conclusões: a coabitação aparenta retardar a decisão para o casamento e não leva os casais a se casarem de fato, e a progressão de um relacionamento é influenciada por fatores da díade, enquanto a dissolução tende a ser explicada pelo contexto individual e social.

Dew (2011) identificou, por meio da Pesquisa Nacional de Famílias e Domicílios Americana, que desentendimentos no quesito da administração das finanças são um precursor importante para a separação, com impactos mais significativos do que conflitos sobre a divisão de tarefas domésticas, tempo gasto em conjunto e sexo. A maioria das pessoas que moram com o parceiro tem rendimentos menores do que aqueles casados e, portanto, os conflitos em torno das finanças são maiores.

Outro aspecto importante que o autor (DEW, 2011) ressalta a partir de sua pesquisa é que grande parte dos casais que moram junto mantém os recursos financeiros separados e divide as despesas domésticas de maneira equitativa. Desse modo, embora o casal não construa um patrimônio em conjunto, o compartilhar das despesas auxilia na independência financeira da família de origem e no crescimento pessoal e profissional de cada um dos membros do casal.

Os maiores desentendimentos financeiros em um casal que coabita, normalmente, estão ligados a desigualdades na divisão de gastos, ou seja, quando um parceiro acredita estar gastando mais do que o outro na manutenção do que é comum aos dois – e, nessa perspectiva de baixo benefício e altos custos, a relação termina. O valor que cada parceiro atribuiu ao dinheiro irá ressoar na relação, especialmente se as visões forem muito distintas (DEW, 2011).

O que sabemos até o momento sobre a coabitação é que são relações com pouca ritualização, ou seja, com menor escopo social, e não se sabe o

que é compartilhado entre esses casais e qual identidade a dois construíram (Souza, 2014).

Rhoades et al. (2012) identificaram em seu estudo que dentre uma série de variáveis – como tempo de relacionamento, coabitação, planos de casamento e filhos, manutenção de contato com o ex-parceiro após o término da relação –, as variáveis que mais impactaram na piora da qualidade de vida dos entrevistados foram ter coabitado e ter tido planos para se casar.

Os resultados de Rhoades et al. (2012), Dew (2011), Field et al. (2010), Manning e Cohen (2010) e Elison (2010) sugerem ser mais difícil terminar o relacionamento quando o casal convive em regime de coabitação. Isso porque estão envolvidos aspectos tanto emocionais quanto logísticos. Nesses termos, o rompimento amoroso nesta circunstância seria mais complexo se comparado ao namoro, mas menos complexo se comparado ao casamento, na medida em que, na segunda opção não há trâmites legais a serem manejados, nem a construção de um patrimônio comum ou filhos. De qualquer modo, devido ao investimento afetivo na coabitação, o rompimento pode ser um processo difícil de ser enfrentado; assim, muitos casais acabam por continuar na relação porque moram juntos.

A conclusão dos referidos autores é que quando comparado ao namoro, o rompimento na coabitação é mais difícil, assim como sua recuperação e o ajustamento à nova vida após o término. Porém, cabe destacar que, por não haver muitas pesquisas nessa área, tais conclusões não podem ser generalizadas. Além disso, não podem ser desconsiderados os aspectos individuais presentes no rompimento amoroso, ou seja, a forma como cada pessoa enfrenta uma separação na vida adulta, seja ela durante o namoro, na coabitação ou no casamento.

Alguns atribuirão uma carga maior ao término, independentemente de sua circunstância, outros poderão lidar de forma mais pragmática ou lançar mão de estratégias criativas de enfrentamento. Outros, ainda, poderão adoecer nesse processo de elaboração da perda. A consideração que pode ser feita,

até o presente momento, é que todo término é doloroso, mas a partir da crise transformações acontecem e o crescimento pessoal é possível.

MÉTODO

Tendo em vista o objetivo do presente trabalho, voltado a problematizar o rompimento amoroso vivido por jovens adultos que moraram juntos, na perspectiva de de identificar suas variáveis e significados, considera-se que o mais adequado é realizar um estudo descritivo qualitativo.

Segundo Severino (2007), há diferentes modalidades e metodologias de pesquisa em Ciências Humanas e vários sistemas classificatórios. As pesquisas podem ser classificadas quanto à modalidade (quantitativa, qualitativa, etnográfica, participante, pesquisa-ação, estudo de caso e análise de conteúdo), à natureza das fontes (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental e de campo) e aos objetivos (exploratória, descritiva e explicativa). Quanto aos procedimentos operacionais que servem como mediadores da ação de coleta de dados, Severino (2007) caracteriza o trabalho por meio de: documentação, entrevistas de diferentes tipos, observação e questionários.

Tanto Severino (2007) quanto Gil (2007) consideram que a pesquisa descritiva é adequada quando o investigador trabalha com fenômenos não muito delimitados e visa identificar características de uma população ou de uma experiência, diferenciando-se da pesquisa exploratória apenas no fato de que, nesta última, nada se sabe sobre o fenômeno.

A conceituação de Gressler (2007) é ainda mais precisa no sentido de justificar a escolha metodológica do presente trabalho. Para ela, esta possibilidade se adequa a interesses como descrever fatos e características presentes em uma determinada área de interesse, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, com o objetivo de aclarar situações para futuros planos e decisões.

A pesquisa descritiva frequentemente conduz a técnicas ou procedimentos operacionais como os questionários, que, fazendo uso de questões fechadas e/ou abertas, permitem que o investigador comece a estabelecer relações entre as variáveis associadas ao objeto de estudo analisado. A grande contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade pouco conhecida.

Participantes

O presente estudo teve como participantes homens e mulheres com idade entre 25 e 35 anos, pois, segundo dados publicados pelo relatório do IBGE (PNAD 2013), houve um aumento de casais nesta faixa etária que vivem em regime de união consensual, em que ambos os parceiros têm rendimento, mas não filhos. Parte desta população compõe o grupo das classes médias urbanas que estendem os anos de escolaridade e tardam a saída da casa da família de origem. E, embora seja um grupo que já concluiu o Ensino Superior, está inserido no mercado de trabalho e possui maturidade emocional para estabelecer relacionamentos afetivos de maior profundidade, ainda não fez a transição para a parentalidade e não estabeleceu união formal.

O recrutamento dos participantes foi a partir do critério “bola de neve”, que consiste na indicação de pessoas a partir da rede de contatos da própria pesquisadora. Não consiste em uma amostra aleatória, na medida em que seguiu o princípio da homogeneidade fundamental (NICOLACI-DA-COSTA, 2009), segundo o qual foram escolhidos participantes que tenham como fator comum a vivência do rompimento amoroso após terem morado junto com seus parceiros.

Com base na literatura, os critérios de inclusão foram:

- Ser jovem adulto, de ambos os sexos e com idade entre 25 e 35 anos;
- Ter mantido um relacionamento afetivo com o (a) parceiro (a), acerca do qual tratará na pesquisa, cuja duração tenha sido de no mínimo, 24 meses (relacionamento total);
- Ter vivido em regime de coabitação⁴ por no mínimo 1 ano;

⁴ Indivíduos que vivem em companhia do cônjuge ou companheiro com quem não contraiu casamento civil ou religioso ou ainda não oficializou a união em regime de união estável.

- Ter rompido o relacionamento há no mínimo 6 meses e há no máximo 3 anos.

A delimitação de um período mínimo de relacionamento pauta-se na constatação de alguns autores (KERNBERG, 1995, HETHERINGTON; KELLY, 2002) de que o período de vivência da paixão e amadurecimento do sentimento pelo parceiro amoroso é de, aproximadamente, 24 meses. Não há evidências sobre o tempo médio de ajustamento à coabitação, nem acerca da elaboração do rompimento, desta forma usaremos as referências relativas ao casamento e divórcio (HETHERINGTON, KELLY, 2002). Foram critérios de exclusão:

- Ter tido filhos desta ou de outra relação;
- Ter oficializado a união consensual por meio do contrato de união estável ou de casamento civil e religioso.

Cabe acrescentar que a orientação sexual e o fato de estar em um novo relacionamento amoroso não foram considerados critérios de exclusão.

Seguindo esses critérios, a pesquisa se limitou a 35 participantes, que responderam ao procedimento em um período de um mês (setembro de 2014).

Procedimento

Os primeiros voluntários para a pesquisa foram convidados pela pesquisadora e, conforme mencionado, foram solicitados que indicassem outros possíveis participantes; além disso, houve divulgação por meio das redes sociais (Facebook e Google+) e por e-mail entre seus contatos, solicitando divulgação e indicação de potenciais participantes.

A divulgação foi feita por meio de um texto simples, no qual se destacaram: a contribuição à melhor compreensão e a possibilidade de atendimento ao rompimento de casais que moraram juntos, os critérios de

inclusão e exclusão, a informação de que a participação se tratava de responder a um questionário com perguntas fechadas e abertas, com tempo médio de preenchimento de 30 minutos. Solicitou-se que os interessados entrassem em contato por meio do e-mail da pesquisadora ou acessassem diretamente o link no qual a pesquisa se encontrava. O mesmo texto foi usado para convidar diretamente os potenciais participantes previamente conhecidos (Anexo 1).

Quando os participantes entraram em contato com a pesquisadora receberam e-mail com o link da pesquisa e explicitação de sua disponibilidade para esclarecimentos. Alertou-se os participantes para não se esquecerem de salvar as informações quando respondessem o questionário.

Dado o objetivo do presente trabalho e o potencial de mobilização que pode despertar, optou-se por usar uma estratégia mediada por computador e por meio de um questionário.

A pesquisa usando estratégias mediadas por computador apresenta vantagens em seu aspecto prático: acesso a um maior número de participantes; eficiência em seu recrutamento; menor custo; maior adesão, na medida em que o participante pode responder quando e onde quiser. Também tem se verificado que, em função da ausência do constrangimento social relativo à presença do pesquisador, a pesquisa on-line aumenta a possibilidade de autorrevelação, permite maior liberdade para o participante expressar sentimentos, pensamentos e reflexões, ao mesmo tempo em que facilita trabalhar no próprio ritmo, ou mesmo desistir da pesquisa (SKITKA, SARGIS, 2006). Oliveira (2013) afirma que a pesquisa usando estratégias on-line apresenta essa gama de vantagens ao mesmo tempo em que mantém o rigor ético das pesquisas convencionais.

Na primeira página do questionário disponibilizado on-line havia um texto semelhante ao da divulgação, ressaltando a contribuição, os critérios de inclusão e exclusão e a indicação do tempo médio de resposta. Na segunda página encontrava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo

2), ao qual o participante deveria dar concordância caso pretendesse prosseguir às demais páginas, nas quais estava o questionário (Anexo 3).

Cabe mencionar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo sido classificada de acordo com as normas vigente acerca de pesquisa que envolve sujeitos humanos (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde do Brasil), e recebeu o protocolo de aprovação número 817.424 em 2 de outubro de 2014

Instrumento

Foi construído um questionário com 48 perguntas abertas e fechadas, baseadas na literatura, que intercalava questões mais objetivas e que mobilizavam mais os afetos, de modo a não desgastar intensamente o participante.

O questionário cobre temas de identificação do participante e seu (sua) ex-parceiro (a); especificidades da relação (tempo, evolução); impactos do relacionamento em diferentes áreas da vida (econômica, social, profissional, sexual, afetiva) ao longo do tempo; rompimento e consequências; processo de recuperação (tempo e apoios).

Análise dos Resultados

As perguntas fechadas permitem uma descrição do grupo no que se refere exatamente aos itens solicitados (formação do relacionamento, estressores, rompimento e recuperação), estabelecendo-se, quando possível, relações com a literatura.

As perguntas abertas foram submetidas a análise temática, um método para identificar, organizar, analisar e descrever, com riqueza de detalhes, os padrões (temas) de informações obtidos a partir da pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006).

Um dos benefícios da análise temática é a sua flexibilidade, pois, por prescindir de uma teoria, ou por tratar de conteúdos pouco conhecidos, fornece uma ferramenta de pesquisa útil, podendo-se conseguir um relato rico, complexo e detalhado dos dados obtidos (BRAUN; CLARKE, 2006).

Por meio da análise temática as categorias emergem dos dados, sendo ela mais indutiva do que a análise de conteúdo, uma vez que as categorias não são decididas antes da codificação dos dados (EZZY, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “morar junto”, embora cada vez mais frequente entre os adultos jovens das camadas médias urbanas ocidentais, é fenômeno ainda pouco compreendido pela psicologia e sabe-se menos ainda acerca do que ocorre quando do rompimento destes relacionamentos, tendo sido esta ausência de informações o que mobilizou a presente pesquisa, de caráter descritivo-qualitativo, realizada a partir da construção de um questionário que foi divulgado e respondido on-line.

Durante o período de um mês em que o protocolo de investigação ficou disponível on-line, foram obtidas 36 respostas. Porém, para esta Dissertação foram consideradas válidas somente 35, pois a despeito de as instruções serem aparentemente claras no que tange aos critérios de inclusão e exclusão, respondeu ao procedimento um indivíduo que viveu a experiência do rompimento há 11 anos, tendo sido então excluído. Nos demais protocolos todos os participantes preencheram ambos os critérios.

A apresentação dos resultados e sua discussão, que aparecerão a seguir, foram organizadas em seções relativas aos grandes temas investigados, a saber: caracterização dos participantes; histórico do relacionamento; sobre o morar juntos; sobre o rompimento, da reorganização da vida e a vida atual.

Caraterização dos participantes

Tendo delimitado como faixa etária para participar do presente trabalho as idades de 25 a 35 anos, obteve-se um grupo com média de 27 anos e uma maioria de participantes com menos de 30 anos. Trata-se de um grupo razoavelmente coeso, assemelhado aos descritos na literatura (LOCKER JR.,

2010; RHOADES et al., 2012; BROWN, 2014) nos quais estão representados indivíduos em sua grande maioria com Ensino Superior completo e Pós-Graduação, embora deva-se ressaltar que resultado de um possível viés consequente ao uso da técnica de coleta de informações “Bola de neve”, mediante a qual as indicações iniciais foram feitas a partir da rede de contato da própria pesquisadora que se encaixa no perfil que será descrito.

O grupo de respondentes compõem-se de uma maioria feminina (22), com formação na área de humanas e profissional liberal. Entre os participantes de sexo masculino (n=13) observam-se as mesmas características.

No que se refere à orientação sexual do total de 35 participantes, 32 declararam-se heterossexuais e 3 homossexuais. Os companheiros dos participantes tinham idade próxima as dos parceiros, com média de 30,5 anos, mínimo de 22 anos e máximo de 52 anos, embora este parceiro fosse uma exceção. A partir desses dados pôde-se caracterizar os casais, que em sua grande maioria, enfrentaram os mesmos desafios desenvolvimentais do período adulto jovem: consolidar carreira, desenvolver um estilo de vida próprio, consolidar uma conjugalidade e afastamento relativo das expectativas da família de origem.

A Tabela 1 apresenta os principais descritores demográficos obtidos.

Tabela 1. Informações sociodemográficas dos participantes.

N=35	
Gênero, <i>n</i>	
Feminino	22
Masculino	13
Idade, anos (média)	27,14
Idade do companheiro, anos (média)	30,5
Escolaridade, <i>n</i>	
Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Médio incompleto	0
Ensino Médio completo	1
Ensino Superior incompleto	4
Ensino Superior completo	16

Pós-Graduação lato sensu, especialização ou MBA	10
Mestrado	3
Doutorado	1
Área de atuação, <i>n</i>	
Biológicas	5
Exatas	3
Humanas	24
Estudante	3
Religião, <i>n</i>	
Sim	18
Não	17
Praticante da religião, <i>n</i>	
Sim	10
Não	8

Considerando-se que a religião pode ser recurso de enfrentamento esta foi investigada, e seu resultado será analisado posteriormente. Observa-se que a metade dos participantes ($n=18$) declarou ter religião (Anglicana, Budista, Catolicismo, Espiritismo, Evangélico e Judaísmo), porém destes, somente 8 são praticantes.

Do total de participantes, 29 apresentaram ocupação profissional, em sua maioria, relacionada à área de formação e 6 eram estudantes. Dentre esses últimos, somente um não possuía renda própria e outros dois afirmaram não receber ajuda financeira de terceiros, sendo bolsistas de agências de fomento.

No que se refere à renda mensal dos participantes, a amplitude das respostas é de R\$ 00,00 - R\$10.000,00. Somente uma pessoa não possui renda. A maior concentração de respostas ($n=8$) está na faixa salarial entre mil e dois mil reais, seguido pelos valores de dois a três mil reais e quatro a cinco mil reais. A Tabela 2 apresenta estes resultados.

Tabela 2. Renda mensal dos participantes

Renda mensal, <i>n</i>	N=35
Sem Renda	1
R\$1.000 - R\$2.000,00	8
R\$2.001,00 -	6

R\$3.000,00	
R\$3.001,00 -	4
R\$4.000,00	
R\$4.001,00 -	6
R\$5.000,00	
R\$5.001,00 -	5
R\$6.000,00	
R\$6.001,00 -	3
R\$7.000,00	
Mais R\$7.000,00	2

Na medida em que os participantes da pesquisa fazem parte de uma geração de jovens adultos inseridos no mercado de trabalho, porém com mais investimento nos estudos e alargamento dos anos de escolaridade, supôs-se que grande parte poderia receber ajuda financeira de terceiros e isto, de fato, ocorreu com 1/3 dos respondentes, o que pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3. Participantes que recebem ajuda financeira

Recebe ajuda, <i>n</i>	N=35
Sim	11
Não	24

Dado que as questões econômicas são apontadas como um estressor do relacionamento e associada a rompimento (Dew, 2011) as questões associadas à renda também serão analisadas posteriormente.

Histórico do relacionamento

Conforme tratado no Capítulo I, a fase de atração na formação de apego entre parceiros amorosos tem duração de aproximadamente um a dois anos e após esse período de envolvimento, o relacionamento pode seguir dois caminhos: rumo ao fim ou transformar-se em um laço de apego duradouro. O

início de qualquer relacionamento é caracterizado por uma atração sexual importante e a busca por proximidade. Já os períodos de consolidação e manutenção da relação são caracterizados pela necessidade em manter-se próximo (HAZAN; ZEIFMAN, 1994).

A construção de compromisso, intimidade e confiança e a sensação de que o investimento vale a pena a partir das trocas recíprocas é o que alimenta um maior investimento na relação e a manutenção da mesma. Alguns autores (LOCKER JR., 2010, HENDY et al., 2013) afirmam que quanto maior o tempo que os parceiros se conhecem, maior cumplicidade e intimidade terão e, portanto, a perspectiva de um relacionamento amoroso ter continuidade é maior. Diante dessa afirmação, buscou-se identificar o tempo em que as pessoas se conheciam antes de namorar e quanto tempo namoraram antes de ir morar junto, além de buscar relações entre esses dois aspectos e a duração da coabitação.

A Tabela 4 apresenta os índices obtidos acerca de quanto tempo os parceiros se conheciam antes de namorar.

Tabela 4. Tempo que os parceiros se conheciam antes de estabelecerem um relacionamento amoroso.

Tempo (em meses)	N=35
Até 12	24
De 13 a 36	5
De 37 a 60	2
Mais de 60	4

Observa-se que a maior parte dos participantes da pesquisa (n=24) conhecia seu parceiro há pouco tempo antes de estabelecer um relacionamento amoroso, corroborando dados da literatura (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2010) que indicam que o adulto jovem, quando está apaixonado, ou tem sentimentos por uma pessoa, procura consolidar o sentimento em relacionamento, ou seja, namora, diferentemente do que ocorre durante a adolescência quando existem elementos como, vergonha, medo, insegurança

que os torna mais reticentes para se vincularem ao parceiro amoroso (Souza e Ramires, 2006).

Estes jovens mais decididos também não permanecem muito tempo namorando. Verificou-se que a maior parte deles namorou menos de 36 meses antes de se decidir pela coabitação. A Tabela 5 apresenta os dados acerca do tempo de namoro.

Tabela 5 . Tempo de namoro em meses.

Tempo (média)	25
Tempo (mín, máx)	1, 144
Até 12	13
De 13 a 36	15
De 37 a 60	5
Mais de 60	2

Pode-se pensar que uma parte dos participantes decidiu-se pela coabitação bastante mobilizada pela paixão (menos de 12 meses) (HAZAN, ZEIFMAN, 1994), enquanto outra indica uma decisão mobilizada pelo amadurecimento do sentimento, quando o casal provavelmente apresenta confiança no relacionamento de modo a apostar em um maior comprometimento com o parceiro.

A Tabela 6 apresenta os resultados de tempo relativos ao “morar junto” indicando uma maioria que se mantém entre 12 a 36 meses juntos, com média de 30 meses o que nos conduz aos resultados obtidos por Manning e Cohen (2010) que referem a fugacidade destes relacionamentos que tinham vida útil por cerca de 24 meses em sua amostra.

Tabela 6 . Tempo de coabitação, em meses.

Tempo (média)	30
Tempo (mín, máx)	6, 72
Tempo	N=35
Até 12	6
De 13 a 36	20
De 37 a 60	6

De modo a explorar mais informações e possíveis relações entre os vários tempos de relacionamento, analisou-se alguns contrastes e indivíduos específicos. Quando se recortam os 12 participantes que namoraram entre 1 e 12 meses, ou seja, na perspectiva de irem viver juntos mobilizados pela paixão (HAZAN, ZEIFMAN, 1994), verifica-se que o tempo que se conheciam varia de modo extremo, tanto quanto a duração do “morar junto”, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7. Variabilidade de tempo em que se conheciam, namoraram ou moraram juntos especificamente entre os participantes cujo namoro durou menos de 12 meses

Sujeito, <i>n</i>	Tempo que se conheciam	Tempo de namoro	Tempo de coabitação
A	24	1	48
B	3	8	24
C	12	11	14
D	12	3	21
E	3	12	14
F	9	3	45
G	6	8	24
H	0	3	54
I	240	2	24
J	4	4	12
K	2	6	30
L	1	3	48

Dentre aquelas pessoas que namoraram por um período maior do que a média obtida que era de 25 meses, observa-se que somente um morou junto por um tempo maior que a média (48 meses), os demais moraram juntos próximo ao tempo médio de coabitação dos participantes da pesquisa ou por um tempo mais curto abaixo da média.

Já dentre aqueles que namoraram por um período menor do que a média das respostas (menos do que 25 meses), 6 participantes também moraram juntos por volta do tempo médio, 3 moraram juntos em um tempo menor que a média e outros 3 em um tempo maior que a média.

Trazendo à análise os poucos participantes que se conheciam há muito tempo antes de se relacionarem, também buscou-se verificar o impacto desse longo período prévio de conhecimento no tempo de duração do restante da relação o que pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8. Resultado em tempo dos quatro participantes que se conheciam por mais tempo que a média

Sujeito, <i>n</i>	Tempo que se conheciam	Tempo de namoro	Tempo de coabitação
1	72	30	6
2	60	60	36
3	84	72	12
4	144	2	24

Com base na tabela observa-se que três destes participantes também namoraram um tempo superior a média observada no (HAZAN; ZEIFMAN, 1994). Um deles, por outro lado, é o participante que tinha o tempo de conhecimento maior da amostra e namorou muito pouco, apenas 2 meses. A despeito deste longo período de convivência não residencial o tempo de coabitação variou entre eles, mas não foi maior do que a média do grupo (tempo médio de coabitação=30 meses).

O que se pode concluir é que outras variáveis contribuem para a qualidade e possível duração de um relacionamento, que não o tempo em que as pessoas se conheciam ou namoraram e que devam ser realizadas pesquisas voltadas a entender o papel das variáveis pessoais, como estilo de

apego, e interpessoais, como negociação de cotidiano e diferenças, para melhor compreender a questão.

Ainda optou-se por analisar os participantes em situações extremas, cujas respostas apenas corroboram esta conclusão.

A participante que denominou-se aleatoriamente de Maria foi quem ficou menos tempo em regime de coabitação, 6 meses. Ela conhecia seu ex-companheiro há 6 anos e namorou pelo período de dois anos e meio, ou seja, o tempo em que se conheciam antes de se relacionarem e o tempo de namoro, nesse caso, não esteve relacionado com o futuro da relação. Afirma que o relacionamento era conflituoso “desde discussões sobre política até relacionamento familiar e tempo gasto em conjunto.” (sic). O motivo de rompimento foi a divergência em relação aos planos de ficar junto. A escolha por morar junto aconteceu a partir da decisão de fazer um intercâmbio de 6 meses em outro país. No retorno, o parceiro queria continuar no regime de coabitação e ela não quis, após algum tempo de volta ao Brasil, ele terminou a relação.

Maria avaliou negativamente diversas esferas de sua vida quando foi morar com o parceiro (econômico, sexual, relacionamentos sociais e amizade) e após o rompimento, avaliou positivamente todas as esferas de sua vida, com destaque para a esfera sexual.

A participante que morou junto por maior tempo identificou-se como Zélia, viveu em regime de coabitação por 6 anos. Ela conhecia o parceiro há duas semanas e namorou por dois anos. Afirma que o casal foi morar junto, porque tinha vontade e por conta de mudança de cidade. O ex-casal falou acerca de casamento no auge da paixão.

Ao morarem juntos, as relações familiares e o âmbito econômico melhoraram. Lazer, vida sexual e relacionamentos sociais pioraram significativamente e amizade e vida profissional permaneceram próximos ao que era antes. O relacionamento com a família de origem era frequente e bom, o mesmo se aplicou ao relacionamento com os amigos.

O relacionamento não era conflituoso e não houve interrupção no período em que estiverem juntos (namoro e coabitação). A participante afirma que o término da relação aconteceu em decorrência da mudança na relação e não pelos conflitos, transformou-se em uma relação de amizade e tendo perdido o caráter amoroso decidiu-se terminar a relação. Foi a participante quem tomou a decisão pelo rompimento.

Essas duas histórias mais completas indicam tanto o possível papel dos afetos e mudanças pessoais, quanto o das negociações das diferenças, que podem ou não ser realizadas, não sendo o tempo disponível o possível responsável por sua atualização.

A respeito das motivações que contribuem para a decisão de se ir morar com o parceiro, a literatura (HETHERINGTON; KELLY, 2002, SIMÕES, 2007, MANNING, COHEN, 2010, BROWN, 2014) destaca: a crescente tolerância para o sexo fora dos moldes do casamento; o prolongamento dos anos de estudo e do aprimoramento profissional; adiamento da entrada na parentalidade; compartilhamento de gastos; testar a relação antes de levá-la a um maior grau de comprometimento; praticidade entre outros.

A partir das respostas fornecidas no formulário on-line, foram identificadas as motivações que os sujeitos atribuíram à decisão de ir morar junto com o parceiro. Tratando-se de pergunta aberta, foi realizada uma análise qualitativa dessas informações de modo a tematizá-las e organizá-las em categorias (EZZY, 2002). As respostas obtidas puderam ser sintetizadas em quatro categorias, sendo estas: motivos amorosos, pragmáticos, circunstanciais e relacionais.

Na categoria de motivos amorosos foram elencados: amor/paixão e vontade de estar e viver junto. As frases abaixo ilustram respostas dessa categoria.

“O amor era intenso demais para vivermos em casas separadas.”

“O amor. Querer estar junto o tempo todo.”

“Contribuiu também o sentimento, acreditar que sentíamos amor e projetos de vida futura em comum.”

Entre os motivos pragmáticos estão temas como: compartilhamento de despesas, mudança de cidade/país, namoro à distância, desejo de sair da casa dos pais ou problemas com a família de origem e vontade de mudança. Como exemplo podem ser transcritas as seguintes frases:

“Namorávamos à distância. Na mesma época em que ele viria para SP eu planejava sair da casa da minha mãe.”

“Ela possuía problemas com o pai dela na casa deles e queria sair de lá, então resolvemos morar juntos.”

“Ambos ainda morávamos com os pais, então na hora de sair da casa deles alugamos um apartamento juntos. Já namorávamos há 5 anos e queríamos viver juntos.”

Na categoria sobre os motivos circunstanciais foram identificados: o *slidding*, a praticidade e a comodidade, conforme retratado nas frases a seguir:

“A praticidade logística, financeira e amorosa.”

“Os dois moravam sozinhos, sem família na cidade. Passávamos muito tempo juntos e cada dia um dormia na casa do outro. Decidimos nos juntar de vez.”

“Ela trazendo as coisas dela, e quando vi já estava tudo lá.”

Por fim, sobre os motivos relacionais para ir morar junto com o parceiro destacam-se: tempo de relacionamento, cumplicidade, insegurança, projetos em comum, aumentar o grau de comprometimento do relacionamento, formas de resolver conflitos do casal e a coabitação como casamento.

“Vontade de casar, porém sem condição financeira.”

“A vontade de dar um passo além no relacionamento.”

Na Tabela 9, abaixo, estão apresentadas as frequências de respostas em cada categoria construída. Cabe ressaltar que os participantes poderiam listar mais de um motivo que contribuiu para ir morar junto com o parceiro e

que, portanto, o número de respostas não é equivalente ao número de respondentes.

Tabela 9 . Motivação para morar junto.

Motivos	Frequência
Amorosos	10
Pragmáticos	21
Circunstanciais	6
Relacionais	8

Destaca-se a preponderância de motivos pragmáticos elencados pelos participantes como justificativa para irem morar com o parceiro amoroso. O compartilhamento de despesas foi a motivação mais frequente dentre as respostas. As razões apresentadas são próximas àquelas descritas na literatura (HETHERINGTON; KELLY, 2002, SIMÕES, 2007, MANNING; COHEN, 2010, BROWN, 2014), ou seja, a maioria dos jovens adultos que optam por morar junto, assim o fazem para melhorar a vida econômica, por praticidade, para aumentar a frequência da convivência, por causa do amor, na perspectiva de começar a construir a vida a dois entre outros.

Ainda com base nos argumentos de ordem econômica, como motivo para a transição para a coabitação, um participante referiu: "Vontade de casar, porém sem condição financeira." e equiparou sua vivência de coabitação ao casamento, não tendo oficializado a relação por uma questão financeira.

Nesse caso, esse participante identifica ter experienciado uma vivência muito próxima ao casamento, assim como aponta Kuperberg (2014) ao afirmar que os casais que optam pela coabitação adotam a maioria dos papéis associados ao casamento, mesmo que, por vezes, não percebam já terem assumido algumas dessas funções atribuídas ao casamento em seu cotidiano.

Os dados provenientes do presente trabalho que mais corroboram com os estudos anteriores é o fato de a coabitação ter emergido como uma possibilidade na relação a partir de uma circunstância (motivo circunstancial), ou seja, as pessoas foram residir junto de forma pouco planejada e atribuem tal

vivência à paixão e à vontade de estar sempre junto com a pessoa amada e a convivência constante na casa um do outro, conhecido como *slidding*: “Ela trazendo as coisas dela, e quando vi já estava tudo lá.”.

Sobre o morar junto

Alguns autores (SIMÕES, 2007, MANNING; COHEN,2010) indicam que a coabitação entre a população de jovens adultos das camadas médias urbanas tem uma característica peculiar em que um dos parceiros, ao passar muito tempo na casa do outro, vai se mudando aos poucos sem que percebam esse processo (*slidding*), sem ter um contato consciente com o que estão vivendo, sendo tal fato uma possibilidade entre nossos resultados, dado que 13 dos respondentes se mudaram para a casa do parceiro ou vice e versa; 6 foram juntos morar em uma casa que era de responsabilidade exclusiva do outro parceiro; 16 alugaram ou compraram uma casa juntos, e ainda um casal viveu em moradia coletiva, onde havia outras pessoas além do casal.

A partir destas respostas pode-se pensar que cerca de 1/3 dos participantes provavelmente saiu da casa dos pais para morar com o parceiro, estabelecendo ambos uma transição que implica em muitas adaptações, não só ao cotidiano conjugal, mas também a nova rotina de não ter a infra-estrutura da logística familiar. Observando estes indivíduos especificamente, observa-se que 9/13 indicam, de fato, nível alto de alteração no relacionamento familiar (78% dos respondentes).

Kroeger e Smock (2014) afirmam que o “morar junto” tornou-se um arranjo conjugal bastante popular e comum entre as pessoas provenientes dos

países ocidentais. Os autores afirmam ainda que a maioria das pessoas que optam por isso, não possui uma condição socioeconômica estável e esse seria um dos motivos para tal escolha. Realmente, conforme observado nos dados da presente pesquisa, a motivação mais frequente para a transição para coabitação entre os participantes era de ordem pragmática, ou seja, motivos externos ao relacionamento e ao próprio casal, foram preponderantes na opção destes jovens adultos em compartilhar uma casa com o parceiro(a).

Embora o motivo pragmático tenha sido central na escolha de muitos participantes, a convivência cotidiana e o compartilhamento da residência alteram o relacionamento amoroso, de modo que há um impacto a ser observado na vida dos sujeitos envolvidos. A literatura (MANNING; COHEN, 2010, BROWN, 2014) aponta que a experiência da coabitação permite o aumento da intimidade, aumento da frequência do convívio com a família e amigos de cada um dos parceiros, estabelece o compartilhamento de gastos e uma possibilidade de avaliação do relacionamento em outro grau de comprometimento, tendo isto sido identificado.

Nessa direção, conforme pode ser observado na Tabela 10, mais da metade dos participantes referiram que sua vida alterou-se ao ir morar junto com o parceiro. Nos âmbitos “Profissional”, “Relacionamentos sociais” e “Vida sexual” mais da metade dos respondentes afirmou que as coisas permaneceram similares ao período anterior à coabitação. Nas demais esferas, seja melhorando ou piorando, houve uma mudança expressiva na vida das pessoas.

Considerando que a sexualidade é um mobilizador dos relacionamentos amorosos, principalmente em suas fases iniciais, como é o caso da maioria dos participantes do presente trabalho e considerando que na atualidade ela é central no namoro, não parece surpreendente que não tenha havido grandes alterações para a maior parte do grupo.

Tabela 10. Avaliação dos participantes sobre alteração em sua vida ao ir morar junto.

Âmbito	Melhorou	Piorou	Permaneceu similar
Sexual	31%	17%	53%
Amizades	15%	66%	19%
Relacionamentos sociais	20%	25%	55%
Econômico	30%	27%	43%
Profissional	30%	12%	58%
Lazer	42%	23%	35%
Familiar	31%	47%	22%

Ao verificar que os participantes também relatam pouca alteração no âmbito profissional e de relacionamentos sociais, pode-se imaginar que na coabitação ambos os parceiros continuem com liberdade suficiente para desenvolver seus projetos individuais, inclusive no investimento na carreira. Ao contrário, pode-se imaginar que o maior tempo para o relacionamento durante a coabitação afaste o casal de seus amigos e familiares (66% e 47% de piora nos relacionamentos) o que não necessariamente significaria conflito nestes relacionamentos, o que será discutido mais adiante. No caso do lazer cujo índice foi o maior obtido como alteração positiva, corrobora esta indicação.

Nenhum respondente mencionou nos motivos para ter ido morar junto com o parceiro para fazer o “*test drive*”, ou seja, avaliar a possibilidade de a relação se consolidar em casamento (SIMÕES, 2007), o que se questiona, uma vez que nas respostas às perguntas abertas que investigavam o rompimento e superação, aparecem conteúdos de motivos afetivos e de testagem da relação, como pode ser observado nas frases abaixo:

“Estávamos há muito tempo juntos e com algumas dificuldades que achamos que iriam se resolver dessa forma.”

“Convivência, estar sempre juntos, mas ter que dormir separado.”

“O fato de não termos nenhum apoio por parte da família dele que dificultava muito nossos encontros.”

“O convívio que estava se tornando cotidiano.”

Além disso, pode-se pensar em teste implícito do relacionamento a presença de planos de casamento. A maior parte dos participantes (n=17) respondeu que ele e o parceiro pensaram em casamento ao longo de todo relacionamento”. Do total, somente 4 nunca falaram sobre oficializar a relação. Tal índice sugere que se deva considerar a coabitação como um tipo de conjugalidade, tanto quanto um período transicional, devendo se realizar pesquisas específicas que aprofundem as particularidades e especificidades de ambas as modalidades.

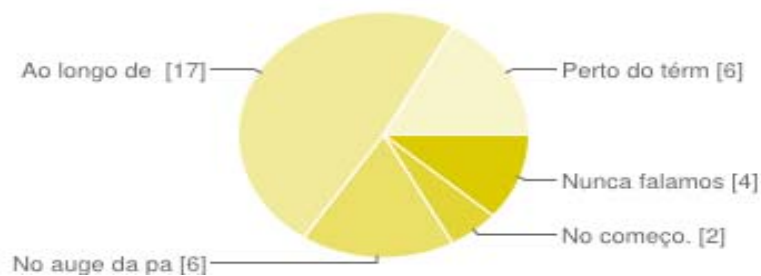


Gráfico 1. Planos para casamento.

Um dos aspectos que diferencia um namoro de um casamento são os tipos de negociações necessárias para a manutenção do relacionamento. Durante o namoro, o “nós” está em processo de construção, pois é a partir desta relação que o casal irá se conhecer, compartilhar desejos e alguns projetos em comum. A inserção de pessoas que fazem parte da vida particular de cada um, no cotidiano do casal, neste momento é uma escolha a ser feita, podendo fazer parte ou não do relacionamento.

Já no casamento, os sistemas de convivência dos quais cada indivíduo faz parte são acionados a participar da história e da vivência da díade e estas

peças irãõ, inclusive, reconhecer este casal como tal (CARTER, MCGOLDRICK, 2011). Portanto, no casamento, normalmente, estreitam-se o contato e a convivência com a família de origem de cada um, com os amigos e pessoas próximas, mas pouco se sabe sobre esta convivência na coabitação.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, do total de respostas, 13 participantes responderam que seu parceiro se relacionava com sua família frequentemente e 10 responderam sempre. Apenas uma pessoa respondeu que o parceiro nunca tinha contato com a sua família.

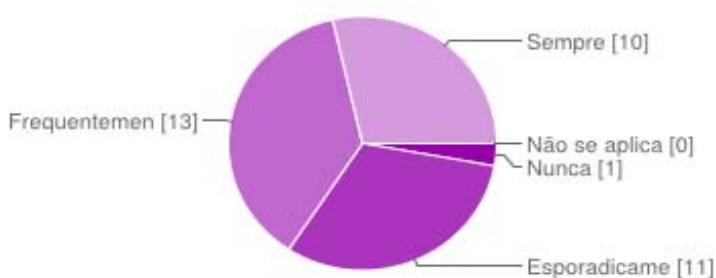


Gráfico 2. Relacionamento do parceiro com a família de origem

Verifica-se que estes 23 participantes que relataram que seu parceiro participava sempre/frequentemente de seu relacionamento com sua família consideraram esta relação era positiva, tanto durante o namoro quanto durante a coabitação. Portanto, pelo menos neste nível não se pode pensar em alteração negativa no relacionamento com a família associado ao parceiro, e a relação com a resposta anterior quanto à alteração da relação provavelmente é mesmo de âmbito de tempo disponível.

Como já foi observado relativo à Tabela 10, o maior índice de alteração na vida quando da coabitação era no âmbito das amizades. Quando se investigou especificamente este âmbito, obteve-se que o relacionamento entre os amigos do participante e seu parceiro era menos frequente e de pior qualidade, havendo maior número de conflitos em decorrência dessa relação. Do total dos participantes, 44% responderam que o contato do parceiro com seus amigos era esporádico. Ou seja, cada qual manteve seu núcleo de

amigos com pouca interação. Do total de respostas, somente 9 participantes consideravam o relacionamento do ex-parceiro com seus amigos muito bom ou excelente, enquanto moraram juntos. Sugerem-se aqui, novas pesquisas para compreender melhor o papel dos conflitos entre parceiros e seus amigos, dado o impacto que a rede de relacionamentos possa vir a ter na vida conjugal e pós-separação.

Procurou-se especificar quais relacionamentos apresentavam maior nível de conflito e rompimentos, ao longo de todo relacionamento e durante o período de coabitação. A Tabela 11 apresenta o número de participantes que namoraram ininterruptamente ou não, observando-se que 22 não romperam o relacionamento durante o namoro.

Tabela 11. Quantidade de participantes que tiveram o namoro ininterruptamente

Interrupção, <i>n</i>	N=35
Sim	22
Não	13

Dos 13 participantes que interromperam o namoro, nove tiveram uma separação e somente um rompeu sete vezes, como pode ser visto na Tabela 12:

Tabela 12. Quantidade de vezes que os participantes se separaram durante o namoro

Separação, <i>n</i>	n=13
Uma	9
Duas	1
Três	2
Quatro ou mais	1

Quanto a interrupções na coabitação a Tabela 13, traz estas informações. A maior parte dos participantes (n=26) não interrompeu o

relacionamento, ao longo do período de coabitação, antes do término definitivo. Os conflitos existentes não geravam a perspectiva do rompimento.

Tabela 13. Quantidade de participantes que moraram junto ininterruptamente

Interrupção, n	N=35
Sim	26
Não	9

No que se refere aos conflitos presentes no relacionamento, realizou-se uma análise qualitativa das respostas fornecidas com vistas a tematizá-las e organizá-las em categorias (EZZY, 2002). Optou-se, no entanto, por manter apenas os temas de modo a indicar a variabilidade de possibilidades (12) sendo estas: Lazer/Vida social; Convivência/Rotina diária; Vida sexual; Diferença de opinião/Perspectiva acerca da vida; Ciúmes/Fidelidade; Tempo juntos/Lazer X trabalho; Combinados descumpridos/Mentiras; Orientação sexual ('sair do armário'); Questões financeiras/Excesso de gastos; Relacionamento com a família de origem; Consumo de álcool e outras drogas e nenhum conflito. Na tabela 14 apresenta-se a frequência de respostas sobre cada conflito. Cabe destacar que cada participante descreveu mais de um conflito e, portanto, o número apresentado não é o mesmo do número de participantes.

Tabela 14. Conflitos presentes no relacionamento.

Motivos	Frequência
Lazer/Vida social	6
Convivência/Rotina diária	8
Vida sexual	2
Diferença de opinião / Perspectiva acerca da vida	7
Ciúmes/Fidelidade	13
Tempo juntos/Lazer X trabalho	7
Combinados descumpridos/Mentiras	1

Orientação sexual ('sair do armário')	1
Questões financeiras/Excesso de gastos	5
Relacionamento com a família de origem	3
Consumo de álcool e outras drogas	2
Nenhum	5

O conflito apresentado com maior frequência entre os participantes (n=13) foi ciúmes e fidelidade, seguido de conflitos acerca da convivência e rotina diária e tempo gasto junto e lazer versus trabalho.

Conflitos sobre o tempo gasto junto, quais atividades de lazer o casal irá praticar em conjunto e como será estabelecido o relacionamento com amigos e família de origem são pontos importantes a serem tratados na relação e que, segundo o que foi verificado, foram pontos de divergência entre os ex-parceiros amorosos.

De acordo com os dados obtidos, durante o período de coabitação houve divergência entre as individualidades e o que era comum ao casal.

Os três temas que obtiveram somente uma resposta foram: combinados descumpridos/mentira; orientação sexual e consumo de álcool e outras drogas, provavelmente particularidades de uma relação em especial. Ao observar especificamente estes participantes, identificou-se que a participante ficava descontente no relacionamento quando o casal fazia planejamentos e combinados e o parceiro não dava continuidade, sendo descomprometido com a relação.

O conflito acerca da orientação sexual era uma questão para um dos parceiros que passou a impactar a relação ainda mais quando o casal decidiu morar junto, pois por não assumir sua sexualidade, o ex-parceiro não permitia com que houvesse reconhecimento social da relação que estabeleceu com o

participante da pesquisa e ambos não podiam conviver com a família de origem ou convidá-los para visitá-los em casa.

E, por fim, sobre a participante que faz referência ao consumo de álcool e outras drogas, ela destaca que, ao longo de todo relacionamento, esse foi um ponto de divergência especialmente porque seu ex-parceiro fazia uso prejudicial destas substâncias e esta situação levou a outros desdobramentos, como tentativa de suicídio. O conflito entre o casal acontecia em torno de um problema de saúde mental importante.

De um modo geral, os temas mais frequentes na decisão de romper a relação foram: “brigas”; “ciúmes”; “traição”; “desgaste emocional” e “irresponsabilidade”, conforme retratado em algumas frases:

“A maioria sobre dinheiro - ela era uma gastadora compulsiva”

“Ciúmes, horários de trabalho e de lazer, combinados descumpridos, mentiras.”

“algumas discussões frequentes motivadas por questionamentos a respeito da minha falta de tempo ou dedicação para momentos que ela achava importante.”

“fas de casa não feitas, horários, drogas, alcool, baladas e traição.”

“Ele nunca participava da vida em casa, apenas bebia com oa amigos e chegava tarde! Nunca nos considerou ‘família’”.

O processo de formação de um casal não é simples, exige um constante olhar para si, para o outro e para o projeto a dois, demanda a construção do espaço em comum que comporte as individualidades de cada um, bem como, seu passado e seus anseios para o futuro (FIGUEIREDO; SOUZA, 2015). Contemplar as vontades, os planos e os ideais do outro quando estes são opostos aos seus não é tarefa fácil e grande parte dos temas que geravam conflito entre os ex-casais da presente pesquisa aponta para tais dificuldades.

Sacrificar os próprios desejos em nome do “nós” é possível a partir do momento em que a pessoa tem maturidade e já vivenciou a experiência de dividir e compartilhar outras vezes, ao longo de sua história. Talvez, seja possível supor que a dificuldade em fazer negociações durante as situações de conflito possa ter contribuído para o término do relacionamento. Contudo, os dados da presente pesquisa não são suficientes para atestar tal possibilidade.

Sobre o rompimento

O rompimento amoroso pode ser um dos eventos mais estressantes da vida de um indivíduo, pois promove uma desestruturação razoável da personalidade e do mundo presumido (CARUSO, 1989). A separação do parceiro amoroso, seja durante o namoro, casamento ou coabitação, vai gerar dor. Logo, no âmbito afetivo-emocional, o sofrimento sempre vai existir independente da circunstância. Na coabitação, ao que se refere ao aspecto operacional do rompimento, é possível inferir que as dificuldades vividas sejam semelhantes àquelas identificadas no processo de divórcio (HETHERINGTON; KELLY, 2002, SOUZA; RAMIRES, 2006), pois existem uma série de mudanças e decisões objetivas as quais os parceiros têm de lidar.

Como descrito no capítulo II, enquanto ao longo do relacionamento amoroso os membros do casal constroem uma identidade em comum, na separação tal identidade deve ser transformada, exigindo o desinvestimento no parceiro e nas vivências que eram comuns aos dois. Portanto, a partir de tal experiência, as pessoas se veem diante da necessidade de reorganizar sua vida afetiva, sexual, relacional, financeira, profissional e familiar.

Nos resultados da presente pesquisa foi identificado o quanto a vida dos participantes alterou-se logo após o rompimento, tais dados podem ser observados na Tabela abaixo:

Tabela 15. Alteração na vida, logo após o rompimento.

Âmbito	Alterou-se completamente	Alterou-se	Permanece u similar	Pouca alteração	Nenhuma alteração
Sexual	61%	19%	14%	0%	6%
Amizades	39%	22%	28%	3%	8%
Relacionament os sociais	50%	19%	25%	3%	3%
Econômico	39%	22%	14%	14%	11%
Profissional	31%	17%	25%	8%	19%
Familiar	17%	33%	22%	14%	14%

Do total de respostas, o âmbito sexual apresentou uma alteração mais significativa: 61% das pessoas avaliaram ter tido sua vida sexual alterada completamente logo após o rompimento, o que seria previsível a partir do rompimento com um parceiro fixo. No âmbito dos relacionamentos sociais e amizades, também houve mudança e somando as respostas de “alterou-se completamente e alterou-se” é possível verificar que 69% e 61% do total dos respondentes referiram terem vivido mudanças nessas esferas de suas vidas. Com base nas respostas dissertativas, cabe inferir que a mudança expressiva nestas esferas deve-se ao fato de que, ao longo do período de coabitação, houve um afastamento dos amigos, pouca ou nenhuma interação entre o (a) parceiro (a)-amigos, ou mesmo este era um tema de conflito no relacionamento do casal.

O desinvestimento na vida conjugal amplia o investimento para outros relacionamentos, portanto, é possível compreender que a alteração no âmbito dos relacionamentos sociais e de amizade ocorre por conta disto e, também, devido ao fato das pessoas acionarem seus conhecidos como rede de apoio e cuidado no momento de dor e sofrimento.

A respeito das mudanças ocorridas nas relações familiares após o rompimento, 18 participantes referiram ter havido uma alteração expressiva

nesta esfera de sua vida. Verifica-se que dentre estes, 7 retornaram à casa da família de origem logo após a separação. Estas pessoas haviam saído da casa dos pais concomitantemente com o parceiro, de modo que, este foi o primeiro movimento na direção de independência e autonomia e, ao término da relação, alguns por questões financeiras e outros pelo apoio e companhia, fizeram o movimento inverso e isto pode ter sido um fator significativo na avaliação de alteração da vida familiar após a separação.

Já no que se refere à vida profissional, 31% afirmaram que houve alteração completa e 19% afirmaram que não houve qualquer mudança neste âmbito de suas vidas. As respostas neste quesito revelam que as pessoas mantiveram o mesmo *status quo* no que tange a vida profissional, pois cada um dos indivíduos desenvolviam suas carreiras profissionais de modo independente. Cabe notar que dois respondentes trabalhavam com seus parceiros e, nesses casos, houve um impacto mais significativo do término do relacionamento amoroso em suas vidas profissionais.

De um modo geral, o fim do relacionamento em termos de vida profissional, foi próximo ao que acontecem nos demais âmbitos, ou seja, devido a tristeza as pessoas ficam atônitas logo após o rompimento e levam um tempo para reorganizarem suas atividades diárias. Porém o impacto do rompimento é sentido em uma ordem mais direta nas esferas da vida nas quais o parceiro estava envolvido, como a vida sexual e emocional-afetivo, como pode ser percebido nas frases destacadas a seguir:

“As perdas inerentes desse rompimento são muito maiores que aspectos sociais, econômicos, afetivos e sociais. Dizem respeito à morte de toda uma construção de desejos e objetivos de vida.”

“Acho que o mais difícil em um rompimento nessa situação é a sensação de ser uma família. Quando se mora junto, ao contrário de quando apenas namoramos, a pessoa torna-se o cuidador de você quando você está doente, ela é quem decide o que fazer com os problemas na casa junto com você, ela é quem vai junto com você em todos os lugares...é muito estranho e doloroso sentir que um dia se tem uma família com alguém e depois não ter mais.”

“É um sofrimento enorme pelo qual se passa. Compartilhar uma casa e o ‘projeto de viver feliz pra sempre’ e ver isso desmoronar é doído e

frustrante (...). Eu fui morar junto com a expectativa de que a relação evoluiria para um casamento, fazer o oposto e desfazer a casa, os planos e os sonhos foi e está sendo tenso.”

É notório o sofrimento presente no processo de rompimento amoroso. Para alguns, separar-se após ter morado junto com o parceiro foi um fator que aprofundou as dores sentidas, como na descrição de um participante que refere ser difícil separar-se de alguém que se tornou sua família ou como outro que afirma que a convivência constante o fez sentir que o término do relacionamento *“matava parte de mim”*.

Os participantes revelam a todo o momento como é difícil viver a perda de uma figura de apego que se transformou em fonte de cuidado, carinho e proteção.

“Acho que assim como num casamento, o rompimento é difícil, pois além de se afeiçoar ao namorado, existe o apego à rotina em comum e à própria casa, que é o que mais me dá saudade e sentimento de culpa por ter terminado.”

As perdas associadas ao rompimento amoroso podem ser identificadas nas falas sobre a falta da intimidade, dos detalhes e da rotina da relação. Os planos desfeitos e os sonhos interrompidos fizeram com que as pessoas se sentissem tristes e sem rumo, condizente com a descrição de Caruso (1989).

Enquanto alguns respondentes atribuíram o sofrimento à experiência de separação no regime de coabitação, outros afirmaram que a dor sentida foi consequência da vivência como todo, ou seja, da importância que o parceiro sempre teve em sua vida e da frustração ao perceber não ser mais suficiente para ele (FIGUEIREDO; SOUZA, 2015). E, portanto, a dor emerge ao se dar conta que chegou ao fim a história de amor que outrora recebeu tanto investimento e dedicação.

O rompimento amoroso é difícil de ser experienciado, entre outros motivos ao defrontar-se com o fato de não ser mais suficiente para o outro e de que a pessoa amada seguirá vivendo sem você. Podendo-se dizer que a pessoa não morre junto com o relacionamento, pois ela permanece existindo e estabelecerá uma nova vida, provavelmente, novos relacionamentos

(CARUSO, 1989). Como afirma Caruso (1989) o desinvestimento no ex-parceiro é fundamental, na medida em que, é necessário matá-lo simbolicamente dentro de si mesmo para continuar existindo. A frase abaixo retrata a dificuldade de racionalizar a perda e o sofrimento sentido:

“O mais difícil é entender que a pessoa foi embora e que você precisa se recompor.”

Pode-se inferir que a desconstrução da residência (espaço em comum do casal) é uma das mudanças mais significativas da separação na circunstância da coabitação e o aspecto que diferencia a coabitação de um namoro. Embora pesquisas apontem (SIMÕES, 2007) que a moradia no regime de coabitação, em sua maioria, é composta por itens que cada parceiro traz consigo e na separação cada qual levaria embora o que lhe pertencia, o momento de decidir quem deixa a casa e onde ir morar são aspectos importantes no rompimento de quem morou junto.

Perguntou-se quem saiu da casa onde o casal coabitou e como tal decisão foi construída. No gráfico abaixo é possível verificar que somente três respondentes (n=3) saíram da casa em conjunto com o (a) ex-parceiro(a).

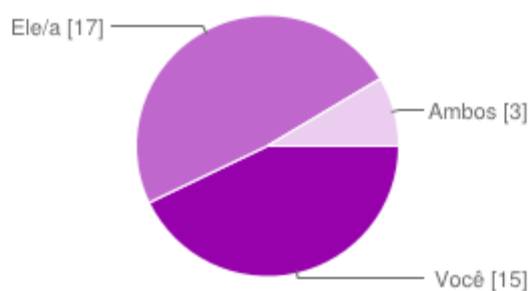


Gráfico 3. Quem saiu da casa

A maioria das respostas foi objetiva: uma das pessoas era proprietária da casa e, portanto, seria ela quem ficaria no imóvel. Conforme pode ser visto nas respostas dissertativas:

“A casa era dela, fica ela.”

“A casa era minha antes de ele aparecer.”

“Eu já morava na casa anos antes. Nem cogitamos ser diferente.”

“O apartamento é meu, ele sairia.”

Essa circunstância explicita a característica da coabitação em que o casal trabalha em prol da construção de um espaço comum de compartilhamento da intimidade, do cotidiano, dos afetos e cuidados, mas não busca a construção de um patrimônio. De acordo com os dados obtidos, há o compartilhamento de despesas, ou seja, o casal se ajuda financeiramente, mas o objetivo não é estabelecer, necessariamente, metas para o crescimento socioeconômico em conjunto.

Outro elemento que contribuiu na construção da decisão de quem sairia da casa foi quem tinha melhor condição financeira para continuar arcando, sozinho, com as despesas daquele ambiente, conforme retratado nas seguintes frases:

“Eu tinha renda suficiente para continuar vivendo sozinha. Ele voltou para a casa dos pais para continuar os estudos.”

“Ele queria ficar e tinha condições financeiras de manter o apartamento.”

Todavia, em alguns casos a decisão sobre quem sairia de casa foi mais abrupta o que contribuiu para um rompimento mais conturbado, como na fala de dois participantes:

“Não houve construção, ele saiu de casa num sábado voltou e terminou e eu tive algumas horas para pegar minhas coisas (...) o recado de que eu tinha que retirar minhas coisas foi dado pelos familiares dele ao telefone.”

“Um belo dia ele estava em um Happy Hour com os amigos e eu simplesmente liguei para o meu padrasto e pedi para me buscar, parei o carro em frente a casa dele por volta das 22h30 e tirei tudo e nunca mais voltei, tomei o cuidado para ninguém me ver, inclusive ele.”

Um dos participantes refere ter se sentido injustiçado, pois saiu da residência em comum *“com aquilo que ele me devolveu e julgava ser meu”* e,

questiona a necessidade de se pensar em termos jurídicos a separação de quem vive uniões que não são oficiais.

Alguns autores (FIELD et al., 2010) afirmam que a recuperação do rompimento amoroso estaria relacionada, entre outros aspectos, ao fato de quem tomou a decisão pelo término da relação, pois quem tomou a iniciativa de terminar o relacionamento já havia elaborado previamente a decisão, poderia estar mais desvinculado ao relacionamento e ao parceiro, de modo a ficar mais seguro sobre sua escolha e, portanto, recuperando-se mais rapidamente do sofrimento. Já quem recebe a notícia pode ser pego de surpresa, ou ainda, por não concordar com a decisão do parceiro.

Do total de 35 participantes, 19 afirmaram ter sido os responsáveis pelo término, 6 disseram que foi o parceiro e 10 que a decisão foi tomada em conjunto. Observa-se, portanto, que a maior parte dos respondentes afirmou ter sido o porta-voz da decisão de romper o relacionamento. Diante desta informação e com base nos autores supracitados, buscou-se verificar dentre as 6 pessoas que receberam a notícia do término como avaliam sua vida afetiva-emocional atualmente, o que sentem pelo (a) ex-parceiro (a) e quanto tempo levaram para se reorganizar no âmbito dos sentimentos.

Tabela 16. Resultado em tempo dos quatro participantes que se conheciam por mais tempo que a média

Sujeito, <i>n</i>	Tempo que rompeu (em meses)	Sentimento pelo(a) ex	Avaliação da vida afetiva-emocional atual
1	8	Raiva, ciúmes, amor	Ruim
2	30	Pena do que temos hoje e carinho pelo passado	Médio
3	18	Aversão	Muito ruim
4	6	Pena, desprezo, raiva	Médio

5	24	Nenhum	Médio
6	14	Muitos	Muito bom

O participante 1 relatou que foi quem recebeu a notícia do rompimento e, embora tenha alguém em sua vida afetiva-sexual, ainda tem sentimentos pelo(a) ex-parceiro(a) e que isto associado à rotina solitária tem lhe prejudicado a se reestabelecer do rompimento. Todavia, cabe notar que o rompimento foi há 8 meses, período curto de tempo para a recuperação amorosa, segundo tratam os autores de divórcio que propõem um tempo médio de 2 a 4 anos (HETHERINGTON; KELLY, 2002, SOUZA, 2008).

Assim como ele, o participante 4 rompeu há pouco tempo, 6 meses, e refere sentir raiva. Compreende-se que a circunstância deste rompimento também foi complicada, na medida em que, o casal tinha um relacionamento aberto, porém a ex se apaixonou por um de seus parceiros, ele então aponta: *“Ela se apaixonou pelo amante”*. Apresentando sentimento correlato à traição.

O sujeito 3, que passou pelo rompimento há 1 ano e meio, também faz uma avaliação bastante negativa de sua vida afetivo-emocional e, ao ser perguntado o que tem lhe dificultado a se reorganizar, refere que a falta de intimidade com alguém e *“se sentir sozinho no mundo”*. Cabe destacar o sentimento de aversão, apontando que não houve ainda o distanciamento afetivo do ex-parceiro.

E, por fim, o respondente 6, rompeu há um pouco mais de 1 ano e avalia sua vida afetivo-emocional muito bem. E, embora tenha tido um rompimento bastante conturbado, na medida em que o ex-parceiro havia dado algumas horas para que retirasse seus pertences de casa, a respondente avalia que tem questões de baixa autoestima e *“falta de amor próprio”* que interferiram em sua recuperação emocional.

É importante notar, como já citado, que quem anuncia o término teve um período prévio para elaborar a separação, todavia, sofreu também, porém antes. O que se observa, portanto, é que outras variáveis podem influenciar no processo de recuperação do rompimento que não só quem recebeu a notícia,

pois a dor se faz presente independentemente do tipo de relação ou de quem rompeu.

Da reorganização da vida

Conforme já tratado no tópico anterior, o rompimento amoroso é um evento estressante e doloroso e a separação no regime de coabitação traz especificidades no que se refere à reorganização dos aspectos objetivos de vida.

“Quando um relacionamento termina, uma imagem de outro, hábitos associados ao outro e a expectativa de que possa ocorrer uma reconciliação persistem posteriormente por muitos anos, não mesmo para a pessoa abandonada, mas também para a pessoa que tomou a iniciativa da separação. O luto é a condição de desprendimento de hábitos que do contrário transformam-se em traços viciados no presente. A neurose amorosa tem um ‘tempo psicológico’ que pode durar por um período de muitos meses, embora sua duração varie segundo o grau de envolvimento emocional com as memórias que o indivíduo precisa reelaborar. Em geral só se consegue ficar conformado com o rompimento com o convite ao adeus, nos últimos estágios do afastamento quando já se conviveu substancialmente com a dor e com a culpa” (GIDDENS, 1992, p.116)

Para dar conta de tal sofrimento é necessário fazer mudanças e criar novos hábitos, relacionamentos e ocupações que permitam com que a pessoa tenha novas vivências e uma nova rotina (HETHERINGTON; KELLY, 2002; MARTIN, 2013; KUPERBERG, 2014; MANNING; COHEN, 2012; HENDY ET AL., 2013; LOCKER JR., 2010).

“Como reconstruir a rotina e o "eu sem o outro", voltar a acordar sozinho e programar a rotina por si só, como reaprender a solidão e o ser dono do próprio tempo.”

“Depois de encarar esse fundo do poço, a difícil tarefa de se recuperar é se achar dentro de si mesma.”

No que se refere às dificuldades presentes no processo de reorganização da vida a partir das respostas fornecidas pelos participantes foram criadas 5 categorias, sendo estas: Situações que mantém presença/relação com o(a) ex - relação e amigos em comum, redes sociais, ter a mesma profissão, ter ficado com o apartamento do ex-casal; Sentimentos em relação ao(a) ex - mágoa do(a) ex, memórias do relacionamento, mudança abrupta, não manter contato com o(a) ex, indiferença e ter sentimentos pelo ex; Perdas previsíveis na separação - Rotina solitária, saudade, sentimento de culpa, tristeza e questão financeira; Limitações afetivas-pessoais - baixa autoestima, carência, dependência afetiva, crença de que estar comprometido é melhor do que estar sozinho, dificuldade de se relacionar de novo/trauma, mecanismo de defesa como negação e racionalização, medo de ficar sozinho e remoer situações do passado e Relações familiares.

A frequência com que tais categorias apareceram nas respostas dos participantes está representada na Tabela 17, abaixo:

Tabela 17. Dificuldades enfrentadas no processo de reorganização da vida após o rompimento.

Dificuldades	Frequência
Situações que mantém presença/relação com o(a) ex	10
Sentimentos em relação ao(a) ex	6
Perdas previsíveis na separação	14
Limitações afetivas-pessoais	15
Relações familiares	1

Como é possível observar, as limitações afetivo-pessoais aparecem com frequência (n=15) nas respostas dos participantes, revelando que elementos individuais podem gerar impacto expressivo no modo como os sujeitos lidam com o sofrimento da perda do parceiro amoroso. Desse total de 15 respostas, 7 são de pessoas que romperam entre um ano e meio e 6 anos, podendo revelar, para algumas dessas pessoas, um possível padrão de apego inseguro, na

medida em que, passou-se certo tempo para tais questões de ordem afetiva despontarem em suas falas de maneira tão latente e, portanto, podem estar mais relacionadas de fato a esses aspectos pessoais e de personalidade.

Um padrão de seguro (BOWLBY, 2006) contribui para que a pessoa sinta-se confiante sobre si e sua competência em estimular o cuidado e a proteção quando necessário e também reafirma a crença de que poderá ser amada por outras pessoas novamente.

Pode-se inferir que o ideal de amor romântico propõe a premissa de um único amor para a vida toda e que ao encontrar a “metade da laranja” suas incompletudes serão preenchidas. A ausência de alguém para amar então cria certo esvaziamento de sentido da própria existência e o sentimento de que não será possível amar de novo. Conforme pode ser observado nas frases abaixo:

“Carência e percepção de que estar namorando é estar melhor, amigos em comum e o sentimento de rejeição”

“Medo de ficar sozinha.”

“O trauma do 'não deu certo naquela vez' e, portanto, não vai dar mais certo.”

Outra dificuldade destacada, diversas vezes (n=10), é relacionada às situações que mantêm o contato ou a relação entre o ex-casal. Os participantes afirmaram que ter amigos ou profissão em comum e as “redes sociais” que facilitam as pessoas saibam umas das outras contribuíram para que as fronteiras entre os ex-parceiros ficassem difusas e atrapalhassem a reorganização da vida, como afirma um respondente: *“O fato de não poder dar um fim definitivo à ligação que tenho com ela me atrapalha.”*

Em contrapartida, uma respondente referiu tristeza em ter perdido contato com o ex: *“Para mim o grande problema do término é a sensação de ir do tudo ao nada, de melhores amigos e amantes a desconhecidos.”*

A moradia em comum e a mudança abrupta na vida, decorrentes da separação, foram listados como problemas, ou seja, segundo os sujeitos desta pesquisa compartilhar a casa, a rotina em outro nível de intimidade podem ser fatores que dificultam na recuperação do rompimento amoroso: *"O 'morar junto' é uma relação muito forte e seu rompimento e sofrimento decorrente não pode ser banalizado ou considerado 'mal menor'"*.

A família também foi apontada como um dificultador nesta recuperação, porém não foi possível identificar o porquê desse dado. Porém é possível inferir que, alguns participantes, após o rompimento tiveram de retornar à casa da família de origem e isso pode ter sido um fator de estresse e, portanto, dificultador no processo de reorganizar a vida.

A perda da intimidade também é um aspecto a ser notado e trabalhado na medida em que é elemento importante do relacionamento a dois e que compõe parte significativa da subjetividade (HENDY et al., 2013).

Do total de 35 respondentes, 20 pessoas afirmaram ter levado de 0 a 3 meses para reorganizar sua vida na esfera sexual, 7 pessoas responderam de 4 a 6 meses, 2 pessoas de 7 a 12 meses e 3 pessoas de 13 a 24 meses e 3 que ainda estão se reorganizando. Algumas pessoas afirmaram que não levaram tempo algum para se reorganizar, pois já estavam em outro relacionamento.

Observaram-se, especificamente, os participantes que receberam a notícia do fim da relação para verificar se tal dado causou impacto distinto daqueles que anunciaram o término e, verificou-se que, todos os 6 participantes se reorganizaram rapidamente na esfera sexual, compondo a média dos demais que responderam terem se reorganizado até 3 meses. Com destaque a um participante que não respondeu em tempo, mas sim com a frase: *"Não parei de transar."* Um pequeno estudo americano (MARSHALL; BEJANYAN; FERENCZI, 2013) pesquisou o sexo pós-rompimento e seus significados, identificando ser um recurso de enfrentamento utilizado e uma maneira das pessoas sentirem-se "vingadas" ou "dando o troco".

Estes mesmos 6 participantes que afirmaram que se recuperaram rapidamente na esfera sexual não responderam a mesma coisa no âmbito emocional-afetivo: 2 pessoas relataram que levaram 24 meses; 1 pessoa 5 meses; 2 que ainda está se reorganizando e 1 que ainda não sabe referir se conseguiu reorganizar-se nessa esfera.

Hetherington e Kelly (2002), nos estudos sobre divórcio, apontam para existência de uma extensão mínima na recuperação deste processo e, portanto, uma pessoa poderia levar de 2 a 4 anos para reorganizar a vida após a separação.

Na Tabela 18 abaixo está descrito o tempo que cada participante levou para reorganizar sua vida na esfera afetivo-emocional:

Tabela 18. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera afetivo-emocional.

Duração, <i>n</i>	N=35
Zero	2
1 a 3 meses	5
4 meses a 6 meses	5
7 meses a 12 meses	8
13 meses a 24 meses	3
25 meses a 36 meses	0
37 meses a 48 meses	0
Ainda está se reorganizando	12

Nesse quesito, a maior parte das respostas foi na categoria “Ainda estou me reorganizando”, sendo que 3 pessoas afirmaram terem demorado de 13 a 24 meses para se reorganizar, 8 pessoas responderam terem levado de 7 a 12 meses para se reorganizar, 5 de 4 a 6 meses e outros 5 de 1 a 3 meses.

Do total de respondentes, 2 afirmaram que não levaram tempo algum. Ao analisar esses participantes, um deles relata que passaram-se 2 anos desde a separação e que o motivo do rompimento foi que os sentimentos foram mudando ao longo do tempo e a relação tornou-se uma amizade, desse modo, refere que não levou tempo para se reorganizar nesse quesito, uma vez que, provavelmente já estava elaborando tais mudanças durante o relacionamento antes de seu fim. Já o outro participante respondeu que passou um pouco mais de 2 anos desde o rompimento, atualmente essa pessoa mora com o novo namorado ao qual chama de “namorado” e que o ex-parceiro tornou-se um amigo, sendo que esse último fato foi uma das razões da relação ter chegado ao fim. Ambos os participantes foram os responsáveis pelo término do relacionamento.

No aspecto econômico da reorganização da vida, a maior concentração de respostas está entre os 4 e 6 meses (n=10) seguido de pessoas que não demoraram nada para se organizar neste quesito (n=8).

Buscou-se analisar especificamente os 4 respondentes que afirmaram ainda não terem se reorganizado e destacou-se o relato de Julia, uma participante que conta após 10 meses do rompimento, ela ainda não se reorganizou em nenhuma esfera de sua vida, especialmente na econômica, pois tem problemas com “compras compulsivas” e, portanto, dificuldade em se organizar no quesito das finanças. Julia relata que seu ex tentava lhe ajudar na organização financeira, desde “controlar seus gastos” até pagar suas dívidas, a participante relata que tinha dívidas em valores altos. A divergência entre o casal no valor atribuído ao dinheiro e em como gastá-lo era motivo de conflito, ao longo de todo relacionamento. Julia sente-se arrependida por ter terminado o relacionamento e mantém contato frequente com o ex e seus familiares. Atualmente está em uma nova relação e mora junto com o parceiro.

Os dados da Tabela 19 reafirmam o que já vem sendo discutido ao longo da análise dos resultados e discussão, na medida em que, a coabitação teve sua maior motivação a partir das questões de ordem pragmática, como o compartilhamento de despesas, esperava-se um impacto expressivo nesse

âmbito da vida, após a separação. Todavia, o que se observou é que, de um modo geral, foi um dos aspectos em que mais rapidamente os participantes se reorganizaram. Com tal dado, verifica-se que reorganização nos aspectos objetivos acontece mais rapidamente do que aquelas de ordem afetivo-relacional, porém nas respostas dissertativas, vários respondentes apontaram das dificuldades na recuperação e estabilização financeira. Logo, observou-se um conflito de informações nas respostas o que direciona à necessidade de se realizar novas pesquisas qualitativas para compreender melhor este aspecto do rompimento de casais que coabitaram.

Tabela 19. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera econômica

Duração, n	N=35
Zero	8
1 a 3 meses	6
4 meses a 6 meses	10
7 meses a 12 meses	5
13 meses a 24 meses	2
25 meses a 36 meses	2
37 meses a 48 meses	0
Ainda está se reorganizando	4

Na Tabela 20 estão apresentados os dados relativos ao tempo que cada participante levou para reorganizar sua vida na esfera dos relacionamentos sociais, é possível verificar que a grande maioria (n=27) levou de zero a 3 meses para reestruturar-se nesse aspecto o que é condizente com o fato de que ela pouco se alterara com a coabitação.

Tabela 20. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera dos relacionamentos sociais

Duração, n	N=35
Zero	9
1 a 3 meses	18
4 meses a 6 meses	5
7 meses a 12 meses	2
13 meses a 24 meses	0
25 meses a 36 meses	0
37 meses a 48 meses	0

Apenas uma pessoa respondeu que ainda está se reorganizando na esfera dos relacionamentos sociais, ela está separada há 8 meses.

Conforme já destacado anteriormente, os sujeitos dessa pesquisa referiram que o ex-parceiro(a) não mantinha contato estreito com seus amigos, sendo vivências distintas. Quando questionados acerca do tempo que levaram para reorganizar a vida na esfera das amizades, as respostas corroboram as informações prestadas anteriormente, ou seja, do total de 35 pessoas, 28 levaram, no máximo, 3 meses para retomar ou reorganizar as amizades, conforme observado na Tabela 21.

Tabela 21. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera amizade

Duração, <i>n</i>	N=35
Zero	13
1 a 3 meses	15
4 meses a 6 meses	3
7 meses a 12 meses	2
13 meses a 24 meses	0
25 meses a 36 meses	0
37 meses a 48 meses	0
Ainda está se reorganizando	2

Entretanto, é possível observar uma distinção entre a avaliação por nota e algumas respostas dissertativas. Na primeira forma de avaliar o impacto da separação na esfera das amizades, as pessoas, conforme explicitado, não apontaram alterações significativas. Porém na resposta dissertativa é possível

identificar perdas nas amizades compartilhadas: *“Nenhum impacto, algumas amizades ficaram, outras foram, mas isso é normal. Os bons amigos ficam ao seu lado.”*

O baixo impacto do rompimento amoroso também pode ser observado na esfera profissional, como já explicitado anteriormente, grande parte dos respondentes referiu não ter sentido influência significativa do rompimento amoroso em sua atividade laborativa, logo, observa-se que não foi preciso muito tempo para se recuperar nesse quesito ou ainda a organização profissional voltou a ser como antes da coabitação. De acordo com os dados da Tabela 22, do total de participantes, 24 responderam ter demorado, no máximo, 3 meses para se reorganizar.

Tabela 22. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera profissional

Duração, n	N=35
Zero	11
1 a 3 meses	13
4 meses a 6 meses	6
7 meses a 12 meses	2
13 meses a 24 meses	0
25 meses a 36 meses	1
37 meses a 48 meses	0
Ainda está se reorganizando	2

Mais uma vez, nas frases abaixo, é possível verificar que ao descrever o processo, as pessoas apontam com mais detalhes as alterações que de fato ocorreram. A partir de uma perspectiva geral, o tempo que os participantes da pesquisa levaram para retomar suas atividades profissionais é menor do que aquele levado para reorganizar outras esferas, como a emocional ou sexual, contudo, houve a necessidade de se reorganizar, também nesse campo, conforme descrito por duas pessoas:

“Uns 3 meses para voltar a conseguir trabalhar com tranquilidade, mas mudou muito minha relação com o trabalho

após o término, não foi questão de reorganizar, mas de transformar”

“Depois de uns 4 meses de torpor, inclusive depois comecei a render mais.”

Conforme observado em estudos anteriores (MANNING;COHEN,2010, JAMINSON; GANGON, 2011), na coabitação o relacionamento entre um dos parceiros do casal com a família de origem do outro é uma escolha, podendo fazer parte ou não da vida cotidiana deles. Segundo os dados colhidos na presente pesquisa, a maioria dos participantes mantinha um relacionamento positivo com a família do ex-parceiro, sendo um ponto de divergência somente para alguns dos respondentes. Todavia por não ter havido filhos da relação ou sem a sua oficialização que promove a transição de papéis de namorado para marido, pais para avós, as relações entre os membros do casal e suas famílias permaneceram similares e, portanto, sua reorganização pôde demandar menos tempo, conforme verificado nas respostas descritas na Tabela 21.

Tabela 23. Tempo que levou para reorganizar a vida na esfera familiar

Duração, n	N=35
Zero	15
1 a 3 meses	15
4 meses a 6 meses	2
7 meses a 12 meses	0
13 meses a 24 meses	2
25 meses a 36 meses	0
37 meses a 48 meses	0
Ainda está se reorganizando	1

No período de reorganização da vida, no que concerne à moradia, 10 participantes afirmaram que voltaram a morar com os pais, alguns apontam que essa experiência tem sido positiva pela ajuda no aspecto financeiro, mas também pelo apoio emocional e companhia: *“Moro com meus pais, no início*

achei ótimo, mas agora começo a pensar em ter o meu apartamento.” Outras pessoas entendem como um retrocesso no processo de autonomia e independência e sentem-se mal com esta condição: *“Moro com meus pais, e (a situação de morar com os pais) se encontra na pior maneira possível, infelizmente”*.

A Tabela 24 apresenta os dados de com quem os participantes moram junto, atualmente.

Tabela 24. Com quem os participantes moram atualmente

Pessoas, n	N=35
Sozinho(a)	8
Familiares	10
Amigos	11
Namorado(a)	4
Marido/Esposa	2

A maioria dos respondentes está morando com amigos ou familiares. Observando as respostas de cada participante foi possível notar que dentre aqueles que, atualmente, moram com os pais, uma parte significativa havia se mudado para a casa do(a) ex-parceiro(a) que, por sua vez, já tinha vida independente e morava sozinho. Outra parte dos respondentes havia alugado uma casa em conjunto com o (a) parceiro(a), mas sozinho não conseguiu sustentar a independência e retornou para a casa dos pais ou foi morar com amigos.

Dentre os 8 que moram sozinhos atualmente, 3 já moravam sozinhos antes de coabitar com o parceiro amoroso. Um participante afirma que essa experiência tem sido mais difícil após a separação: *“Sozinho. É estranho. Eu já tinha morado sozinho antes numa boa, mas agora isso me deprime um pouco”*.

Já outro participante descreve que sente bem com a escolha feita: *“Sozinha. Estou adorando minha liberdade.”*

Na perspectiva de especificar os apoios conseguidos após a separação, foi solicitado aos participantes do presente estudo que listassem alguns recursos dos quais fizeram uso e com base nas respostas fornecidas, emergiriam os seguintes temas descritos na Tabela 25:

Tabela 25. Recursos utilizados para se restabelecer do rompimento.

Recursos	Frequência
Trabalho	11
Dar tempo ao tempo	3
Amigos	20
Família	5
Novos relacionamentos íntimos	3
Religiosidade	2
Leituras e estudo	3
Ficar consigo mesmo	5
Viagens	4
Terapia	5
Não manter contato com o(a)ex	1
Mudança de casa/cidade	4
Sair novamente	4
Não se reestabeleceu	1

Estudos recentes (LOCKER JR, 2010, RHOADES et al., 2012) revelam que neste processo de elaboração de luto e reorganização da vida após o rompimento amoroso, as figuras transicionais ocupam um lugar fundamental na vida dos envolvidos, pois podem preencher as lacunas deixadas pela pessoa amada, fazer companhia, conversar a respeito da perda e, simplesmente, mostrar para a pessoa que ela não está só. Poder falar sobre suas experiências e sentimentos é importante e como pôde ser observado na tabela acima, acionar os amigos foi a estratégia mais citada entre os participantes (n=20), seguido dos familiares (n=5). As frases abaixo ilustram esta afirmação:

“O segredo da recuperação, para mim, está em satisfazer suas necessidades sociais em relações diversas (amigos, família, namoros etc.), e não focar em uma pessoa.”

“É muito importante ter o apoio da família, amigos e não ter perdido a vida social.”

Três pessoas descreveram que um novo relacionamento íntimo as auxiliaram na recuperação do sofrimento sentido *“Permitir que um outro se aproxime novamente.”*

Alguns respondentes afirmaram também que o período pós-rompimento foi importante para olhar para si próprio, *“ficar sozinha e passar por um processo de autoconhecimento”*. A partir deste momento introspectivo, algumas pessoas revisitaram o relacionamento na perspectiva de pensar sobre o que aconteceu e identificar o papel de cada um dos parceiros no fim da relação (SOUZA, 2008). Um participante refere que foi importante fazer tal reflexão e dar-se conta que não era culpado pelo fim.

Do total de respondentes, 5 afirmaram que a terapia/processo de análise foi importante para se reorganizarem. Alguns deram início ao processo de análise a partir do rompimento, como é visto no cotidiano da clínica e no excerto a seguir: *“Para mim, o término teve mais a ver com descobertas da minha própria vida emocional. Iniciei a análise cerca de 6 meses antes do término e foi muito importante para mim, e continuei por mais 2 anos. O morar junto foi uma questão importante, mas não a central.”*

A categoria “trabalho” também foi bastante citada entre os respondentes (n=11) alguns participantes afirmaram terem se tornado *“workaholic”* ou terem se dedicado mais às atividades laborativas, de modo a se destacarem na vida profissional neste período.

Assim como afirma o ditado popular: “o tempo é o melhor remédio”, alguns dos participantes afirmaram que o tempo lhes ajudou a colocar os sentimentos no lugar e enfrentar as tristezas decorrentes do rompimento amoroso.

E ao tratar de tempo, algumas respostas também foram nessa direção, na medida em que, a separação lhes proporcionou maior tempo para si e isto foi visto a partir de uma perspectiva positiva, ou seja, o vazio deixado pelo ex-parceiro(a) foi redirecionado para atividades que haviam sido deixadas de lado, como afirma uma participante: *“Eu tive liberdade e tempo para a militância.”*

A maior liberdade e autonomia que a separação pôde proporcionar, a “liberdade sexual”, a paquera, a possibilidade de ter vários parceiros ou novos relacionamentos íntimos contribuíram no enfrentamento das tristezas e reorganização da vida para alguns participantes da pesquisa.

A liberdade também foi citada na possibilidade de viver outras experiências para se recuperar da dor, algumas pessoas realizaram viagens e comemoraram datas festivas, como o Carnaval.

“Religiosidade” e “leituras” para autoconhecimento também foram destacados entre as respostas. Cabe destacar que dentre os 8 participantes que responderam ser praticantes de suas religiões, somente 2 utilizaram a religiosidade como forma de lidar com o sofrimento sentido.

Embora o sofrimento seja intrínseco ao processo de separação do parceiro amoroso como já se observou no item anterior e exija a reorganização das condições objetivas de vida e a recuperação emocional-afetiva, estas são possíveis para a grande maioria, e muitos, não só elaboram o sofrimento, mas este se torna oportunidade para crescimento pessoal (HETHERINGTON E KELLY, SOUZA, 2008; PAIVA, 2011).

Sobre a vida atual

Passado algum tempo após o rompimento amoroso, as pessoas começam a olhar de maneira distanciada para a relação, para o/a ex-parceiro(a) e para as vivências do passado. Alguns já elaboraram o término outros ainda estão vivendo este processo. A maior parte dos respondentes que rompeu o relacionamento há no mínimo dois anos afirmou estar bem atualmente.

Ao refletirem sobre a separação, algumas pessoas apontaram para possíveis mudanças que realizariam em si mesmas, como: maior tolerância

com as diferenças, ter menos ciúme, não se colocar à mercê das vontades do parceiro e não depositar no outro a responsabilidade de sua própria felicidade e, portanto, sentir-se melhor consigo mesmo.

Sobre modificações no relacionamento, as pessoas referiram que teriam planejado mais a transição para a coabitação, pois gostariam que tal experiência durasse mais e, para tanto, o casal deveria ter conseguido organizar melhor as condições objetivas de vida e ter mais maturidade para vivenciar a relação a dois e reavaliariam o modo como estruturaram o “morar junto”.

“Teria organizado melhor a vida a dois, quem sabe até casado e tido filho, pois acho que a informalidade com que agimos na época deixou as coisas muito soltas.”

“Não teria ido morar junto antes de ter uma estrutura melhor, financeira e emocional.”

“Talvez morar junto mais estruturado financeiramente.”

A informalidade e a flexibilidade da coabitação, tida em alguns casos como benefício quando comparada ao casamento, na resposta de algumas pessoas aparentou ser um problema, pois talvez tenha faltado comprometimento. Dois participantes afirmaram que teriam se casado ao invés de morar junto, um deles, devido aos conflitos financeiros.

“Eu teria aguentado as manipulações financeiras e, sim, me casaria. Estaria melhor financeiramente e psicologicamente.”

A respeito de sua vida atual, os participantes avaliaram em uma escala de zero a 5, sendo zero muito ruim e 5 excelente, e os resultados podem ser vistos na Tabela 26.

Tabela 26. Avaliação dos participantes sobre **vida atual**.

Âmbito	Muito ruim ou ruim	Muito bom/excelente	Na média
Sexual	11%	25%	64%

Amizades	9%	17%	75%
Relacionamentos sociais	3%	19%	78%
Econômico	17%	58%	25%
Profissional	11%	28%	61%
Emocional-afetivo	10%	45%	45%
Familiar	8%	36%	56%

Em um panorama geral, é possível descrever que as avaliações negativas são em menor número do que aquelas positivas e na média. Os relacionamentos sociais, familiares e as amizades recebem destaque pela baixa porcentagem de avaliação negativa (3%, 8% e 9%, respectivamente). Conforme citado anteriormente, tal dado corrobora o fato de que ao término de um relacionamento amoroso, as pessoas desinvestem na relação a dois e investem nas outras pessoas que compõem seu círculo social, retomando atividades fora do espectro do relacionamento conjugal e recebendo auxílio das figuras da rede próxima.

Após terem passado por algumas mudanças expressivas na vida, as esferas afetiva, sexual e profissional permanecem pouco alteradas, sendo avaliadas de forma mediana e a vida econômica passa a apresentar melhora, 58% dos respondentes a avaliaram muito bom ou excelente.

Três pessoas que haviam rompido há menos de 5 meses, avaliaram negativamente como suas vidas estão organizadas. Além destes, um sujeito que rompeu o relacionamento há 11 meses também fez uma avaliação negativa, atribuindo a nota zero (muito ruim), nos âmbitos: sexual, econômico, amizade e dos relacionamentos sociais. De fato, trata-se de relacionamento conflituoso com possíveis problemas de saúde mental.

Os participantes que haviam rompido há aproximadamente seis meses, avaliaram a vida positivamente ou próximo à média. As pontuações foram mais altas entre aqueles que haviam rompido próximo ou passados dois anos.

Com base no que foi trazido pelos participantes é interessante notar que muitos procuraram dar sentido e compreender a experiência vivida através da leitura especializadas no tema ou ainda recorreram à especialistas para auxiliá-los com a dor.

Ao questionar o que sentem atualmente pelo (a) ex-parceiro (a), foram identificados os sentimentos listados na Tabela 27, a seguir:

Tabela 27. Sentimentos em relação ao ex-parceiro(a)

Sentimentos	Frequência
Saudade, tristeza	2
Carinho, afeto	12
Preocupação, pena	6
Amor	4
Raiva, rancor, sentir-se injustiçada, aversão	7
Ciúme	1
Indiferença	6

Organizando-os em categorias observa-se em alguns sentimentos indicam uma relação que se tornou distante, mas positiva: carinho, afeto, preocupação. Outros indicam a perda da relação e aceitação da impotência e da morte (saudades, tristeza) e, por fim, outros que distanciamento afetivo ainda não aconteceu (raiva, amor, rancor, ciúmes) o que faz pensar se realmente acabou internamente.

Os participantes ao serem questionados sobre a possibilidade de retomar a relação rompida, a grande maioria (n=31) dos participantes respondeu “não”, argumentando que se tentou de tudo na história do casal antes que a mesma chegasse ao fim e que, portanto, não há mais nada a ser feito para que o relacionamento dê certo.

“Nem a pau. Porque eu tenho certeza absoluta que a gente não dá certo e que a gente fez de tudo pra ter dado certo.”

“Não, pois já foram dadas as devidas chances.”

“Não. Não existe amor, confiança nem entrega”

“Não, uma vez já basta né, continuar no erro pra quê?”

Outras pessoas relataram que a vivência do término foi bastante traumática, revelando facetas nada agradáveis do ex-parceiro tendo se perdido o respeito, o afeto e qualquer perspectiva em retomar um relacionamento com essa pessoa:

“Não, tendo em vista as agressões psicológicas provocadas em mim e aos conflitos recorrentes entre os dois.”

“Não. Porque ele se mostrou arrogante, egoísta, nunca se importou de verdade comigo ou minha vida ou minha casa. Uma pessoa que mora de favor, sem contribuir com nada por quase 3 anos e, de repente, vira as costas...não merece nada!”

“De maneira nenhuma, pois durante o rompimento o meu ex me tratou com muita crueldade e egoísmo, atingindo inclusive a minha família. A partir do momento que ele mostrou esse lado de sua personalidade qualquer afeto positivo por ele morreu.”

“Não. Descobrimos nossas diferenças e ao final e depois do término fomos muito destrutivos um com o outro nas tentativas de reinterpretar a relação ou de fazer o amor renascer.”

Outros participantes que disseram não a uma possível reconciliação justificaram estar em outro relacionamento.

“Talvez. A gente se dá muito, muito bem. Somos muito compatíveis intelectualmente e culturalmente e nos gostamos.”

Como foi verificado, a maior parte dos respondentes não pretende retomar o relacionamento rompido, porém é comum as pessoas refletirem a respeito do que viveram e sobre suas próprias atitudes, assim sendo, passado algum período após o rompimento os participantes fizeram algumas considerações acerca do rompimento a partir de suas experiências.

De um modo geral foi possível identificar que os participantes passaram por um sofrimento expressivo, descrevendo que *“chegaram ao fundo do poço”*, *“perderam o rumo”* e, os participantes que romperam próximo há um ano ou mais relataram terem conseguido reestruturar suas vidas e afirmam estarem

bem nos dias atuais. Grande parte conseguiu estabelecer novos relacionamentos íntimos, a maioria relacionamentos informais e passageiros e retomaram o contato com amigos e familiares. As dificuldades relatadas, que ainda se fazem presentes na vida das pessoas, estão relacionadas à questões de ordem objetiva e pragmática, como reorganização da vida financeira ou moradia e logo após o rompimento as dificuldades enfrentadas eram da ordem emocional e diretamente relacionadas ao sofrimento da perda do parceiro amoroso e das rupturas revividas suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação teve como objetivo problematizar o rompimento amoroso vivido por jovens adultos que moraram juntos, na perspectiva de identificar suas variáveis e significados e, com isso, contribuir para que se

tenham novos fundamentos para ampliação de pesquisas e atendimento nesta circunstância.

Verificou-se com base na literatura que os relacionamentos amorosos mudaram de maneira expressiva e, na contemporaneidade, a busca pela felicidade e satisfação na vida a dois tornou-se elemento central (SOUZA; RAMIRES, 2006, SOUZA, 2008).

Os ideais de amor romântico e as mudanças econômicas, sociais e políticas contribuíram na desvinculação entre os laços conjugais e de parentesco atribuindo ao relacionamento amoroso um caráter especial e a necessidade de trocas menos hierárquicas entre os parceiros (GIDDENS, 1992). Nesse movimento de valorização das individualidades e de satisfação mútua, a sexualidade tornou-se também um aspecto importante no relacionamento e o amor e a paixão sentimentos marcados por intensidade e urgência de serem alcançados.

Em uma sociedade em que a realização pessoal e a satisfação nos relacionamentos amorosos recebem maior atenção, a separação e os recasamentos são legitimados e a coabitação, por sua vez, emerge como uma possibilidade de conjugalidade. Alguns autores (LAPPEGARD, 2014; KROERGER, SMOCK, 2014) argumentam que a coabitação é hoje como uma alternativa entre dois caminhos, uma possibilidade menos formal e menos rígida do que o casamento, porém mais alinhada com o individualismo e o foco nos desenvolvimentos pessoais. Hetherington e Kelly (2002), afirmam que a coabitação é um modelo menos tradicional de relacionamento, que envolve menos compromisso e um menor número de amarras legais e sociais que impeçam que seja desfeita.

Muitas são as razões pelas quais a coabitação tem sido um arranjo cada vez mais escolhido, sendo estas: período transicional entre namoro e o casamento, *slidding*, praticidade, divisão de gastos, testar a relação antes de levá-la a outro grau de comprometimento (*test drive*), como substituto ao casamento formal entre outros (MARTIN, 2013; SIMÕES, 2007).

Ao aproximar a experiência da coabitação com o namoro, verificam-se similaridades no que concerne o vínculo com uma pessoa específica com a qual serão compartilhadas vivências, intimidade, sentimentos e serão feitas algumas negociações com a família de origem e amigos que podem começar a participar ou não do relacionamento e da convivência com o casal. (MIKULINCER; SHAVER, 2007).

Ao aproximar a coabitação do casamento, percebe-se que a grande semelhança está pautada no compartilhamento da mesma residência e, portanto, no aumento do comprometimento entre os parceiros, na divisão de tarefas e no compartilhamento do cotidiano.

Quanto ao rompimento amoroso, este ocorre em qualquer relacionamento, formalizado ou não e conduz ao sofrimento, mas diferentemente da morte do parceiro, as fronteiras que delimitam o fechamento de determinada história relacional permanecem difusas, na medida em que a pessoa permanece existindo em pensamento, lembranças e na própria realidade, porém não mais com a mesma proximidade física devendo-se de algum jeito, “por opção” fechar esta história. Mas, enquanto se pesquisou e teorizou sobre o divórcio, pouco se sabe sobre o que ocorre na coabitação, tema deste trabalho.

No período de um mês em que o formulário desenvolvido para o presente estudo ficou on-line, 36 questionários foram respondidos, tal número revela então que 36 casais de jovens adultos entre as faixas etárias de 25 a 35 anos fizeram a escolha de morar junto com o parceiro amoroso, porém se separaram. Isso não significa, no entanto, que a não oficialização da relação estabelecida tenha proporcionado um sofrimento menor entre os envolvidos.

O número de questionários respondidos superou as expectativas da pesquisadora, na medida em que apesar das estatísticas indicarem o aumento da coabitação e do cotidiano indicar a presença frequente de rompimentos, não se sabia se seria possível acessar um número razoável de participantes e que eles se dispusessem a compartilhar experiência de vida dolorosa. O número de respondentes revela o aspecto positivo das pesquisas on-line que apresentam

um potencial de abrangência maior quando comparado a outros procedimentos, menor custo e aparente maior adesão.

Autores da atualidade (NICOLACI-DA-COSTA, SKITKA, SARGIS, 2006). OLIVEIRA, 2013) tratam das vantagens das pesquisas on-line, pois além do que já foi citado, proporciona autonomia e anonimato aos mesmos o que pode contribuir em sua participação e respostas. Observou-se que, em função da ausência do constrangimento social relativo à presença do pesquisador, a pesquisa on-line aumentou a possibilidade de auto revelação, permitiu maior liberdade para o participante expressar sentimentos, pensamentos e reflexões.

O fato de ter organizado perguntas fechadas e abertas provavelmente também contribuiu para acessar facetas diferentes dos sentimentos e experiência dos participantes tendo-se observado que tal modo de organizar as perguntas mostrava frequentemente a contradição que o sofrimento pode trazer, ou seja, a avaliação mais racional mostrava participantes mais no controle da própria vida enquanto as perguntas abertas, frequentemente sobre outro tema, traziam conteúdos latentes de angústia e dor.

Apesar de se ter usado um procedimento de “bola de neve” cabe mencionar que se acessou um grupo razoavelmente coeso e representante das camadas médias da população, com alto nível educacional e padrão razoável de renda.

Confirmou-se o previsto pela literatura (HENDY et al., 2013, BROWN, 2014), em que a média de tempo de duração da experiência da coabitação foi de 30 meses, ou seja, 2 anos e meio. Deve-se problematizar, no entanto, por que isso ocorre. O sofrimento pela perda e as respostas que indicam o estupor pelo rompimento não indicam que o relacionamento foi encarado como de menor importância. Mas, deve-se pensar que adultos jovens, em começo de carreira, com rede de apoio efetivo e suporte familiar em sua grande maioria, provavelmente não se sujeitam a algo abaixo de suas expectativas. Eles também não têm outras amarras para permanecer extensamente em relacionamentos insatisfatórios. Por outro lado, se investem muito ou não, não

se pesquisou e só seria possível compreender este aspecto acompanhando relacionamentos de forma longitudinal.

O tempo prévio que um casal se conhece e namora não parecem ser as variáveis que conduzem a duração da coabitação. Indica-se que devem ser realizadas pesquisas voltadas a entender o papel das variáveis pessoais, por exemplo, personalidade, estilo de apego e competências sócio emocionais, e interpessoais, como negociação de cotidiano e diferenças, para melhor compreender e orientar para a qualidade de relacionamento.

Ao buscar identificar as motivações de adultos jovens na escolha da coabitação com o parceiro amoroso, organizaram-se quatro categorias: motivos amorosos, pragmáticos, circunstanciais e relacionais. Destacou-se, entre os resultados, a preponderância de motivos pragmáticos elencados pelos participantes como justificativa para irem morar com o parceiro amoroso, mas os conteúdos afetivos e de testagem da relação aparecem quando das respostas às questões abertas, principalmente aquelas que se referiam ao rompimento, quer dizer, ao falar do rompimento se aludia ao significado perdido, a contradição interna ou a tentativa de controle da relação versus a impotência do rompimento.

Na mesma direção cabe mencionar que a maior parte dos participantes pensava em casamento ao longo de todo relacionamento, sugerindo que se deva considerar a coabitação como um tipo de conjugalidade, tanto quanto um período transicional do relacionamento. Sugere-se que mais pesquisas acerca do tema devam ser desenvolvidas na perspectiva de compreender melhor as particularidades de ambas as modalidades.

A respeito da coabitação, destacou-se o fato 15 participantes terem se mudado em conjunto com o parceiro para uma residência em comum, e, assim, o casal vivenciou a experiência a experiência de saída da casa dos pais (individualização e separação da família de origem) e o lançamento para a vida adulta.

Com a separação, uma parte dos participantes passou a morar sozinho, indicando que embora a coabitação tenha sido insatisfatória parece fomentar a individuação. Outra parte recorreu às demais relações que compunham sua rede de apoio, como amigos e familiares, e foram morar com eles. Dentre aqueles que voltaram para a casa dos pais, algumas pessoas acenam o desejo em de retomar a independência e morar sozinho.

Logo, observa-se que são várias as transições que ocorrem nesse período de coabitação-separação-reorganização da vida, conforme indicado pela literatura (HETHERINGTON; KELLY, 2002; SOUZA, 2008; PAIVA, 2011), pois em um período relativamente curto de tempo, os jovens adultos que participaram do presente estudo, relataram desde um afastamento físico da família de origem e início da construção da sua própria família nuclear até a construção da vida independente, sem a companhia do parceiro amoroso.

Embora se saiba que conflitos não são preditores de rompimento, buscou-se identificar se os participantes da pesquisa viam seu relacionamento como conflituoso e se, portanto, tais divergências compuseram a decisão da separação. A maior parte dos respondentes afirmou que os conflitos faziam parte da dinâmica do casal e, com baixo grau de satisfação na relação, decidiram por romper, sugerindo que a tolerância a baixa qualidade de relacionamento é inaceitável (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Cabe notar que nas respostas dissertativas, uma parte das pessoas, afirma que “*se tentou de tudo*” no relacionamento antes que o mesmo chegasse ao fim e, que, portanto, houve investimento e dedicação à relação.

Conforme apontado por diversos autores que tratam do rompimento amoroso (),o término do relacionamento vem acompanhado da desconstrução de sonhos, projetos e histórias. A morte de uma vida, a morte da própria vida. Os participantes relataram com frequência a frustração consigo mesmo e com o ex-parceiro (a) por não terem conseguido manter o projeto de vida a dois, como sustenta o ideal de amor romântico. E apontaram a dor sentida ao se deparar com o fato de não ser mais suficiente para o parceiro. As perdas associadas ao rompimento, como: a falta de intimidade, mudança da rotina e ausência da referência de apego e cuidado foram identificadas na maioria dos

relatos dos respondentes, com destaque à sensação de “perder o chão” e sentir que tudo mudou de vez e de repente. Algumas pessoas descreveram o estranhamento sentido, de um dia para o outro, alguém que lhe era tão próximo passar a ser um estranho: “*De amigos e amantes para meros desconhecidos*”.

E então para conseguir sobreviver à própria dor, é necessário matar dentro de si alguém que permanece existindo, é a morte em vida da qual trata Caruso (1989), uma das maiores dores que alguém pode viver e sentir. De maneira direta ou indireta, os participantes do presente estudo contaram da sensação de morrer um tanto quando o outro se vai se foi.

Na coabitação, no que se refere ao aspecto operacional do rompimento, é possível inferir que as dificuldades vividas sejam semelhantes às aquelas identificadas no processo de divórcio (HETHERINGTON, KELLY, 2002, SOUZA, 2008), pois é preciso dar conta de se reorganizar objetivamente (onde morar, o que levar, com quem ficar...) além de, concomitantemente, manejar a tristeza sentida.

Não obstante, a distinção identificada no presente estudo, entre esses dois processos (divórcio e separação na coabitação), foi o fato de que para essa pesquisa foi dado destaque à população de adultos jovens das camadas médias urbanas que, por sua vez, apresentou uma gama extensa de recurso para lançar mão no processo de separação quando comparados à população de adultos maduros que geralmente é quem se divorcia. Ou seja, os participantes dessa pesquisa acionaram rapidamente sua rede de apoio, uma vez que, ao longo do período de coabitação, até se distanciaram, mas não se desvincularam de seus amigos, familiares e relacionamentos sociais. Diferentemente do que se pensou no início da pesquisa, a dor deles foi socialmente reconhecida e, portanto, de um modo geral, não apresentaram aspectos de luto complicado.

Foi possível verificar diversos recursos utilizados durante o processo de elaboração do luto (trabalho, tempo, amigos, familiares, novos relacionamentos íntimos, religiosidade, leituras e estudo, ficar consigo mesmo, terapia, viagens, não manter contato com o (a) ex, mudar de casa ou cidade e sair novamente)

facilitando a reorganização da vida em seus diversos aspectos (afetivo-emocional, sexual, econômico, relacionamentos sociais e profissional).

Deste modo, observou-se que os participantes passaram por um sofrimento expressivo, descrito como "*fundo do poço*" e "*perder o rumo*", típico de qualquer rompimento amoroso, mas que conseguiram elaborar o término e estão bem.

A informalidade do modelo da coabitação pode facilitar o processo de romper o relacionamento, mas não evita sofrimento. A literatura (LAPPEGARD, 2014, KUPERBERG, 2014) destaca que legitimação social da coabitação como um modelo de conjugalidade pode impactar de maneira positiva esta vivência, de modo que não é necessariamente a oficialização em si que marcará o futuro ou o tempo de duração da relação.

A oficialização legal ou religiosa é uma forma possível de ritualização, dentre tantas outras, que podem auxiliar o casal a ter um contato consciente da transição de papéis (CARTER, MCGOLDRICK, 2011), sendo preciso observar, entre os pares do casal, os aspectos relativos à convergência de planos, desejos e expectativas para aquela vivência.

Concluiu-se, portanto, que não é possível tratar de um modelo melhor ou pior de relacionamento, pois os arranjos existentes hoje compõem as alternativas disponíveis na contemporaneidade e serão eleitas de acordo com o que o casal desejar viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, D., NONNECKE, B., PREECE, J. **Electronic Survey Methodology: A Case Study in Reaching Hard-to-Involve Internet Users** (2003). *International Journal of Human-Computer Interaction*, 16(2), 185–210.

ARIÈS, P. **O amor no casamento** (1987). In: ARIÈS P. e BÉJIN, A. (Orgs) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, p.153-162.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Martins Fontes, 1979.

BENNETT, L. A et al. **Family Identity, Ritual, and Myth: A cultural Perspective on Life Cycle Transitions** (1988). In *Family Transition*. Falicov, C.J.(org). New York: The Guilford Press, p.211-234.

BERGER, J., KELLNER, H. **Marriage and the construction of reality**. (1970). In H. P. Dreitzel, *Recent Sociology*, 2. New York: Macmillan, p. 50-73.

BERTOLDO, R.B, BARBARÁ, A. **A representação social do namoro: a intimidade na visão dos jovens**(2006). In: *Psico-USF*, 11, (2), p. 229-237.

BOSS, P. **Therapeutic Work with Ambiguous Loss** (2004). In *Journal of Marriage and Family*, 66, p.551-566.

BOWLBY, J. **Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos**. Trad CABRAL, A. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRAUN, V. CLARKE, V. (2006) **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Re-search in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. *Qualitative Research in:* <http://www.informaworld.com/smpp/content~db=all~content=a795127197~frm=titlelink>.

BROWN, S.L. **Moving from cohabitation to marriage** (2014). *Social Science Research* 33:1–19.

CARUZO, I. **A separação dos amantes**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida da familiar – uma estrutura para a terapia familiar.** In: As mudanças no ciclo vital da família: Uma estrutura para a terapia familiar. CARTER, B; MCGOLDRICK, M.(Org). (trad) Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: ArtMed, p.7-29, 2011.

CASELLATO,G. (org.) **Dor silenciosa ou dor silenciada?-Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade.** Campinas: Editora Livro Pleno, 2005.

COHEN, J. A, MANNING, W.D. **The relationship context of premarital serial cohabitation** (2010). Social Science Research. 39:766–776.

DAMATTA, R. **A família como valor: considerações não-familiares sobre a família**

brasileira. In: Pensando a família no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Editora

da UFRJ, 1987.

DEW, J. **Financial Issues and Relationship Outcomes Among Cohabiting Individuals** (2011). In: Family Relations 60, p. 178 – 190, Utah State University.

ELISON, C.C. **Disharmony: Premarital Relationship Dissolution** (2010). University of Notre Dame, Indiana, 2010.

EZZY, D.**Qualitative Analysis: Practice and Innovation** Crows Nest, NSW: Allen &Unwin, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade e conjugalidade** (1998). Psicologia: Reflexão e Crítica, 11(2): 379-94.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade** (2003). Estudos de Psicologia, 8(3): 367-374.

FIGUEIREDO, A.C.C, SOUZA, R.M. **As perdas ambíguas e a infidelidade conjugal**. In: O Resgate da Empatia: Suporte Psicológico ao luto não reconhecido. CASELLATO, G. (Org). São Paulo: Summus Editorial, 2015 no prelo. GUAS E A INFIDELIDADE CONJUGAL

FIELD et al., **Breakup Distress in University Students**: A review. College Student Journal, (2011), 45(3): 461-479.

FIGUEIRA, 1987

FLADRIN, J. L. **A vida sexual dos casados na sociedade antiga**. (1987) In: ARIÈS, P, BÉJIN, A. (Orgs) Sexualidades Ocidentais. São Paulo: Brasiliense. p.135-152.

GIDDENS, A. **The transformation of intimacy**: sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies, Stanford: Stanford University Press, 1992.

GOMES, P.B **Novas formas de conjugalidade**: visão panorâmica da atualidade. In: Vínculos amorosos contemporâneos – psicodinâmica das novas estruturas familiares. GOMES, P.B.(Org). São Paulo: Callis, p.13-40, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007, p. 56-73.

HAZAN, C., ZEIFMAN, D. **Sex and the psychological tether**. In: Advances in personal relationships. PERLMAN, D, BARTHOLOMEW, K. (Orgs). Londres, p.151-180, 1994.

HETHERINGTON, M. E, KELLY, J. **For better or for worse**: divorce reconsidered. New York: W. W. Norton Company Inc, 2002.

HIME, F. A. **A biografia feminina e a história das relações amorosas "o vôo da Fênix"**. (Tese de Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica, 2004.

HENDY et al., **University Students Leaving Relationships: Scale Development and Gender Differences in Decisions to Leave Romantic Relationships**, (2013). 46(3): 232-24.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de indicadores 2012**. Roberto Cavararo. Rio de Janeiro, 2013. Arquivo em PDF.

JAMISON, T.B, GANONG, L. **We´re not living together: satyover relationships among college-educated emerging adults: Reconceptualization of the Field**. (2011). Journal of Social and Personal Relationships, 28:

KASLOW,F.W. **The dynamics of divorce: A life cycle perspective**. New York: Brunner/Mazel, 1987.

KERNBERG, O. F. **Psicopatologia das relações amorosas**. Porto Alegre: Artes Médicas, Porto Alegre: Artes Médicas,1995.

KROERGER, R.A, SMOCK, P.J. **Cohabitation: Recent Research and Implication**. In: The Wiley Blackwell Companion to Sociology of Families. TREAS, J.,SCOTT, J., RICHARDS, M. (Org) UK: John Wiley&Sons Ltd, p.217-235, 2014.

KUPERBERG, A. **Age at Coresidence, Premarital Cohabitation, and Marriage Dissolution: 1985–2009**. (2014). Journal of Marriage and Family, 76 (2): 352-369.

LAPPEGARD, T. **Changing european families**. In: The Wiley Blackwell Companion to Sociology of Families. TREAS, J.,SCOTT, J., RICHARDS, M. (Org) UK: John Wiley&Sons Ltd, p.20-42, 2014.

LOCKER Jr., **The Breakup of romantic relationship: situational predictors of perception of recovery** (2010). North American Journal of Psychology,12(3): 565-

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANNING, W.D, COHEN, J. **Cohabitation and Marital Dissolution**: The Significance of Marriage Cohort. (2011). Journal of Marriage and Family, 74(2): 377–387.

MANNING, W.D, COHEN, J. A. **Premarital Cohabitation and Marital Dissolution**: An examination of recent marriages (2012). Journal of Marriage and Family. 74(2):377-378.

MARSHALL, T.C, BEJANYAN, K. ;FERENCZI,N.**Attachment styles and Personal Growth following romantic breakup**:the mediating roles of distress, rumination, and tendency to rebound (2013). Brunel University, London, 8(9), p. 1-11.

MARTIN, T.F. **Exploring the Cohabitation Effect**: Untangling the Life Course Diversity of Cohabiting Unions THE UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA, Vancouver, 2013.

MEZAN, R. **Adão e sua costela: busca de felicidade e crise atual no casamento**. In: Vínculos amorosos contemporâneos – psicodinâmica das novas estruturas familiares. GOMES, P.B.(Org). São Paulo: Callis, p.159-171, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIKULINCER, M., SHVAER, P.R. **Attachment in Adulthood**: Structure, Dynamics, and Change. 1 ed. New York: The Guilford Press, 2007.

MORICI, A.C. **Pós-Modernidade**: novos conflitos e novos arranjos familiares (2008). In: A escolha do cônjuge. Porto Alegre: ArtMed, p.64-71

NICOLACI-DA-COSTA, A. M., ROMÃO-DIAS, D., Di LUCCIO, F.(2009). **Uso de Entrevistas On-Line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS)**.Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(1), 36-43.

OLIVEIRA, D de. **O luto pelo animal de estimação e o reconhecimento da perda**.187f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) PUC, São Paulo, 2013.

OLTRAMARI, L.C. **Amor e conjugalidade na contemporaneidade**: uma revisão de literatura (2009). *Psicologia em Estudo*, 14 (4), p. 669-677.

PARKES, C.M. **Amor e Perda** – As raízes do luto e suas complicações. Trad FRANCO, M.H.P. São Paulo: Summus editorial, 2009.

PAIVA, A.P. **O impacto financeiro e reorganização da mulher após o divórcio**: um estudo de caso mestrado. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica; 2011.

PAPALIA, D.E; OLDS, S.W; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento Humano**. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi [et al]. 10ª. ed. RS: Porto Alegre: Artes Médicas McGrawHill, 2010.

PASCOAL, N.J. **O namoro no jovem adulto: compromisso e atitude à face a coabitação**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa. Núcleo de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistêmica; 2010.

RHOADES, G.K et al., **Breaking up is hard to do**: The impact of unmarried relationship dissolution on mental health and life satisfaction (2011). *Journal Family Psychological*, 25(3):366-374.

ROBERT, C.A., D. ED. **O lançamento do jovem adulto solteiro** In: As mudanças no ciclo vital da família: Uma estrutura para a terapia familiar. CARTER, B; MCGOLDRICK, M.(Org.). Maria Adriana Veríssimo Veronese (trad). Porto Alegre: ArtMed, p.169-179, 2011.

ROSSI, C. **Os novos vínculos conjugais**: vicissitudes e contradições. In: Vínculos amorosos contemporâneos – psicodinâmica das novas estruturas familiares. GOMES, P.B.(Org). São Paulo: Callis, p.13-40, 2003.

SIMÕES, J F. **Antes do sim: rituais conjugais pré-maritais**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Clínica; 2007.

SIMÕES, J.F, SOUZA, R.M. **Antes do sim: rituais, celebrações e práticas pré-nupciais** (2010). In: Relacionamento Interpessoal – Uma perspectiva Interdisciplinar. GARCIA, A. (org). Vitória:ABPRI, p.28-37.

SOUZA, R. M, RAMIRES, V. R. R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus editorial, 2006.

SOUZA, R. M. Começar de novo: as mulheres no divórcio (2008). In: MEIRELLES, V. (Org.). **Mulher do século XXI**. São Paulo: Roca, p. 51-66.

SKITKA, L. J., SARGIS, E. G. **The Internet as psychological laboratory**. (2006). Annual Review of Psychology, 57: 529 – 555.

TASHIRO, T., FRAZIER, P. **“I’ll never be in a relationship like that again”**: Personal growth following romantic relationship breakups (2003). Personal Relationships: 10(1), 113–128.

TURATIO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ANEXOS

1. Texto-Convite

O número de pessoas que vivem junto com o/a parceiro/a sem oficializar a relação cresce a cada ano. Muitos destes casais rompem, mas pouco se sabe sobre o impacto desta separação sobre a vida e relacionamentos futuros dos envolvidos. Frequentemente, por não ter havido casamento ou filhos, as pessoas esperam uma recuperação rápida e sem grandes consequências. Nossa experiência tem indicado o contrário, mas o fenômeno é pouco estudado, dificultando o atendimento psicológico, o desenvolvimento de sistemas de apoio e a divulgação social de sua relevância.

A perspectiva de nossa pesquisa de Mestrado, que está sendo realizada no Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Clínica da PUC-SP, é buscar compreender melhor esta situação e para isso conto com sua divulgação e/ou participação.

Para responder ao questionário, que tem perguntas fechadas e abertas com respostas curtas, serão necessários cerca de 30 minutos. O interessado deverá: ter idade entre 25 e 35 anos, independentemente do sexo e orientação sexual; ter morado junto com o/a parceiro/a pelo menos por 6 meses, sem oficializar o relacionamento ou tido filhos do mesmo e ter rompido esta relação no máximo há 3 anos.

2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar o rompimento amoroso de jovens adultos que “moraram juntos” na perspectiva de compreender o processo vivido e identificar suas variáveis e significados e está sendo desenvolvida pela Profª Dr.ª Rosane Mantilla de Souza e a aluna de Mestrado, Isabel Bernardes Ferreira, ambas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.

A pesquisa consiste em um questionário *online*, composto por perguntas fechadas e abertas que tratam da vivência do rompimento amoroso após a experiência de “morar junto” com o/a ex-parceiro/a. O tempo aproximado de resposta é de 30 minutos. Sua participação pode ser interrompida a qualquer momento e não envolve riscos à sua saúde.

Os dados serão utilizados de maneira confidencial, ficando protegidos por senha de acesso limitada às pesquisadoras. Quando a pesquisa for publicada não haverá possibilidade de identificação dos participantes. Os participantes não receberão nenhuma compensação financeira ou benefício direto por participarem do estudo. Esta pesquisa atende à Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde do Brasil.

As pesquisadoras colocam-se a disposição, a partir do início do próximo ano, para informar os resultados obtidos e os resultados também ficarão disponíveis na Biblioteca Central da PUC-SP Nadir Gôuvea Kfoury e poderão ser divulgados para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida que você tiver durante ou após ter terminado de responder, entre em contato conosco pelo e-mail bel Bernardes5@gmail.com e responderemos assim que possível.

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica / PUC-SP

Departamento de Psicologia do Desenvolvimento / PUC-SP

e-mail: psicli@pucsp.br

Tel. (11) 3670-8521/ (11)98210-9760 – Isabel Bernardes Ferreira

3. Questionário

1) Assinale qual é o sexo .*

Masculino

Feminino

2) Assinale qual é o sexo de seu ex-parceiro(a)? *

Masculino

Feminino

3) Qual sua idade atual?

4) Qual a idade atual de seu/sua ex parceiro? *

5) Escolha abaixo seu grau de escolaridade. *

6) Qual é a sua profissão? *

7) Qual é a sua ocupação? *

8) Você tem religião? *

Sim

Não

9) Se respondeu sim na pergunta anterior, qual?

10) É praticante?

Sim

Não

11) Qual sua renda ou salário mensal? *

12) Você recebe ajuda financeira de alguém? *

Sim

Não

13) Quando você morava com seu/sua ex-parceiro/a também recebia esta ajuda ou outra? *

Sim

Não

14) Há quanto tempo você e seu/sua ex se conheciam antes de começarem a namorar? *

15.1) Quanto tempo você e seu/sua ex namoraram antes de irem morar junto? *

Responda em meses ou anos.

15.2) O período de namoro foi interruptamente? Se não, quantas separações houveram? *

Responda em meses ou anos.

15.3) Quanto tempo moraram juntos? *

Responda em meses ou anos.

15.4) O período em que moraram juntos foi interruptamente? Se não, quantas separações houveram? *

Responda em meses ou anos.

16) Quanto tempo se passou desde a separação? *

Responda em meses ou anos.

17) No que se refere à moradia, assinale uma das alternativas abaixo. *

Vocês moraram numa casa/apartamento no qual você já morava.

Vocês moraram numa casa/apartamento no qual ele/a já morava.

Vocês moraram numa casa/apartamento que compraram/alugaram juntos.

Vocês mudaram juntos para uma casa/apartamento de propriedade ou responsabilidade somente de um dos parceiros.

Vocês moraram numa casa/apartamento com outras pessoas (república de estudantes, moradias coletivas e etc).

18) O que contribuiu para a decisão de vocês morarem juntos? *



19) Ao longo de seu relacionamento, em que momento você e seu/sua ex-parceiro(a) falaram sobre a possibilidade de se casarem um dia ou planejaram o casamento? *

Assinale uma alternativa abaixo.

- Nunca falamos de casamento.
- No começo.
- No auge da paixão.
- Ao longo de todo o relacionamento.
- Perto do término.

20) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito econômico, quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I	M
iorou	elhorou

20.1) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito sexual quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I M
iorou elhorou

20.2) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito relacionamentos sociais quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I M
iorou elhorou

20.3) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito das amizades quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I M
iorou elhorou

20.4) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito profissional quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I M
iorou elhorou

20.5) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito do lazer quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I	M
iorou	elhorou

20.6) Em que medida houve alteração em sua vida, no âmbito familiar quando você foi viver junto com seu/sua ex? *

Assinale a alternativa em uma escala de 0 a 5.

I	M
iorou	elhorou

21) Seu parceiro participava do seu relacionamento com sua família de origem? *

Assinale uma alternativa.

- Nunca
- Esporadicamente
- Frequentemente
- Sempre
- Não se aplica.

22) Dê uma nota de zero a 5 a qualidade do relacionamento de seu/sua ex com seus familiares: *

Sendo 0, muito ruim e 5 excelente.

	0	1	2	3	4	5
Durante o namoro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quando foram morar juntos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quando	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	0	1	2	3	4	5
relacionamento rompeu						
ente Atualm	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
aplica. Não se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23) Você participava do relacionamento de seu/sua ex com a família dele? *

- Nunca
- Esporadicamente
- Frequentemente
- Sempre
- Não se aplica

24) Dê uma nota de zero a 5 a qualidade de seu relacionamento com os familiares dele/a: *

Sendo 0, muito ruim e 5 excelente.

	0	1	2	3	4	5
Durant e o namoro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quand o foram morar juntos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quand o relacionamento rompeu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ente Atualm	<input type="checkbox"/>					

25) Seu parceiro participava do seu relacionamento com seus amigos? *

- Nunca
- Esporadicamente
- Frequentemente
- Sempre
- Não se aplica

26) Dê uma nota de zero a 5 para a qualidade do relacionamento de seu/sua ex com seus amigos: *

Sendo 0, muito ruim e 5, excelente.

Durante o namoro

Quando foram morar juntos

Quando o relacionamento rompeu

Não se aplica

Row 5

27) Você participava do relacionamento de seu/sua ex com os amigos dele/a? *

- Nunca
- Esporadicamente
- Frequentemente
- Sempre

Não se aplica

28) Dê uma nota de zero a 5 para a qualidade de seu relacionamento com os amigos de seu/sua ex: *

Sendo 0, muito ruim e 5, excelente.

Durante o namoro

Quando foram morar
juntos

Quando o relacionamento
rompeu

Atualmente

Não se aplica

29) Em uma escala de 1 a 5, pontue seu grau de satisfação em relação a este relacionamento nas seguintes fases: *

Sendo 1= muito insatisfeito; 2= insatisfeito; 3= neutro; 4= satisfeito e 5= muito satisfeito,

Início

Auge da
paixão

Perto do
término

30) O relacionamento era marcado por conflitos (era conflituoso)? Se sim, sobre o que eram os conflitos? *

A vertical slider control with a central track and two arrows at the ends, one pointing up and one pointing down.

30.1) Você e seu/sua ex-parceiro(a) “acabaram” algumas vezes antes do rompimento definitivo? Quantas vezes? Quanto durou a interrupção mais tempo? *

A vertical slider control with a central track and two arrows at the ends, one pointing up and one pointing down.

31) Quem resolveu romper o relacionamento? *

Assinale uma alternativa abaixo:

- Você
- Ele/a
- Ambos

32) O que contribuiu para isso? *

A vertical slider control with a central track and two arrows at the ends, one pointing up and one pointing down.

33.1) Quem saiu de casa? *

Assinale uma alternativa abaixo:

- Você
- Ele/a
- Ambos

33.2) Como foi construída a decisão de quem sairia de casa? *

Assinale uma alternativa abaixo:



34.1) Em que medida houve alterações em sua vida, no âmbito econômico, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

34.2) Em que medida houve alterações em sua vida, no âmbito sexual, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

34.3) Em que medida houve alterações em sua vida, no âmbito dos relacionamentos sociais, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

34.4) Em que medida houve alterações em sua vida, no âmbito das amizades, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

34.5) Em que medida houve alterações, em sua vida no âmbito profissional, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

34.6) Em que medida houve alterações em sua vida, no âmbito familiar, LOGO APÓS o rompimento? *

Pontue de 0 a 5, sendo 0, nenhuma alteração e 5, alterou-se completamente.

Nenhuma
alteração

Alterou-se
completamente

35) Você tem alguém na sua vida amorosa-sexual hoje? *

Sim

Não

36) Se, respondeu sim na pergunta anterior, assinale a alternativa que reflete como você descreveria seu vínculo com esta pessoa:

Ficante

Peguete (rolo)

Namorado

Morando junto

Namorado

Cônjuge

Other:

37) Avalie e dê uma nota de zero a 5 para cada âmbito de sua vida hoje: *

Sendo 0, muito ruim e 5, excelente.

Sexual

Econômico

Relacionamentos
sociais

Amizade

Familiar

Profissional

Emocional-
afetiva

38) Cite três pessoas que o/a ajudou após a separação e comente como lhe ajudaram. *



39) Cite 3 coisas que você acha que o/a ajudaram a se restabelecer: *



40) Cite 3 coisas que você acha que atrapalharam/estão atrapalhando você se restabelecer: *



41) Você ainda tem contato com seu/sua ex? *

Não

Esporadicamente

Frequentemente

42) Que sentimentos você tem por esta pessoa, atualmente? *

43) Você acha que o relacionamento pode recomeçar? Por que? *

44.1) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera sexual: *

44.2) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera econômico: *

44.3) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera dos relacionamentos sociais: *

44.4) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera das amizades: *

44.5) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera profissional: *

44.6) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera familiar: *

44.7) Quanto tempo em meses, você acha que você demorou para reorganizar sua vida, na esfera afetiva-emocional: *

45) Com quem você mora atualmente? Como você avalia esta situação? *

46) Se você pudesse voltar no tempo, mudaria algo na história deste relacionamento? O que seria? *

47) Eu lhe fiz um conjunto de questões, na sua maioria, objetivas sobre o seu relacionamento e rompimento com seu/sua ex. O que você acha que eu ainda deveria saber para entender melhor como as pessoas se sentem em relação ao rompimento quando duas pessoas “moram juntos”? *



48) O que você acha que eu deveria saber para entender melhor como as pessoas se recuperam afetivamente depois do rompimento quando “moraram junto”? *